



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM HABILITAÇÃO  
EM ARTES E MÚSICA**

**YONARA LAIZE ROCHA CRUZ**

**PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E FECHAMENTO DE UMA ESCOLA DO  
CAMPO EM UM MUNICÍPIO DO BICO DO PAPAGAIO, TOCANTINS**

Tocantinópolis (TO)  
2018

YONARA LAIZE ROCHA CRUZ

**PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E FECHAMENTO DE UMA ESCOLA DO  
CAMPO EM UM MUNICÍPIO DO BICO DO PAPAGAIO, TOCANTINS**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus Universitário de Tocantinópolis, para obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo com habilitação em Artes e Música, sob a orientação do Prof. Dr. Cícero da Silva.

Tocantinópolis (TO)  
2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- C957p Cruz, Yonara Laize Rocha.  
Precarização da educação e fechamento de uma escola do campo em um município do Bico do Papagaio, Tocantins. / Yonara Laize Rocha Cruz. – Tocantinópolis, TO, 2018.  
86 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –  
Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Educação do  
Campo, 2018.  
Orientador: Cícero da Silva
1. Escola do campo. 2. Comunidade. 3. Formação. 4. Educação  
do Campo. I. Título

**CDD 370.91734**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

YONARA LAIZE ROCHA CRUZ

**PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E FECHAMENTO DE UMA ESCOLA DO  
CAMPO EM UM MUNICÍPIO DO BICO DO PAPAGAIO, TOCANTINS**

Monografia foi avaliada e apresentada à Universidade Federal do Tocantins - UFT - Campus Universitário de Tocantinópolis, Curso de Educação do Campo com Habilitação em Artes e Música, para obtenção do título de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Artes e Música, e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação 14/11/2018

Banca Examinadora:

Cicero da Silva

Prof. Dr. Cicero da Silva, Orientador, Universidade Federal do Tocantins, Campus de Tocantinópolis.

Anderson Fabrício Andrade Brasil

Prof. Dr. Anderson Fabrício Andrade Brasil, Examinador, Universidade Federal do Tocantins, Campus de Tocantinópolis.

Gustavo Cunha de Araújo

Prof. Ms. Gustavo Cunha de Araújo, Examinador, Universidade Federal do Tocantins, Campus de Tocantinópolis.

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, por ser mestre em minha vida, criador do meu destino, de minha direção, e meu amparo presente na hora da angústia. Aos meus pais, José Ferreira da Cruz e Jacira Rocha de Brito Cruz, lavradores e trabalhadores rurais que sempre viveram no campo, pois me apoiaram durante a graduação e que sempre acreditaram que eu seria capaz de chegar a essa etapa da vida. E a minha irmã Ingrid Laena Rocha Cruz, por todo apoio e companheirismo. Amo vocês.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus desde o momento que fui abençoada por ser aprovada no vestibular e por ter concedido o dom da vida, me proporcionando saúde e força para superar as dificuldades encontradas durante os 4 anos de minha graduação.

Aos meus pais, José Ferreira da Cruz e Jacira Rocha de Brito Cruz, que sempre estiveram ao meu lado dando apoio, incentivando-me nos momentos difíceis, de desânimo e cansaço e que sempre me entenderam nos momentos de estresse causados pelas provas, trabalhos e seminários da faculdade.

A minha irmã, amiga e companheira, Ingrid Laena Rocha Cruz, que foi meu “burrinho de carga” durante esta temporada, que sempre esteve presente para ouvir todos meus desabafos, todas as raivas passadas eram descontadas nela, mas sempre suportou tudo e nunca me desamparou.

Ao melhor amigo e irmão de consideração José Sebastião Borges da Cruz, que sempre me ajudou no deslocamento de casa à faculdade, sendo o meu “moto-taxi 0800”, pois todos os momentos quando eu precisei o mesmo sempre me ajudou, e pela força que o mesmo passava para que tudo desse certo.

Agradeço aos meus queridos professores do curso de Educação do Campo, que tanto contribuíram para a minha jornada acadêmica, que se dedicaram a me ensinar e partilhar seus conhecimentos e, especialmente, ao meu orientador professor Dr. Cícero da Silva, pelo apoio, atenção e dedicação na construção desta monografia.

Agradeço a todos os colegas da turma Rejane Medeiros que fizeram parte desta jornada, que assim lutamos juntos para a realização de um sonho. Em especial, ao “grupo das ratas”, que é composto por sete (06) pessoas: Daíla Saraiva, Katiana Coelho, Ludimila Silva, Maria Gerlane, Sabrina Borges e Taylane Fernandes. Companheiras de sala de aula, dos trabalhos, seminários, grupo de estudos etc... Colegas dos desabafos, choros e brigas em todos os momentos felizes e tristes. Sempre estivemos presentes em busca de nossos objetivos.

## RESUMO

Esta monografia objetiva investigar o processo de fechamento da Escola Municipal São Sebastião, situada na comunidade Ribeirão Grande II. Esse distrito conta com uma população de aproximadamente 450 pessoas e está localizado na área rural do município de Tocantinópolis-TO. Com base no disposto previsto na Lei 12.960/2014 (BRASIL, 2014) e, considerando que desde o ano de 2015 essa unidade escolar encontra-se fechada, o propósito do estudo é investigar e compreender os principais motivos que levaram o poder público a transferir a Escola Municipal São Sebastião do povoado Pedro Isaias para o povoado Chapadinha, em Tocantinópolis-TO, fechando-a posteriormente. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, caracterizada como um estudo de caso. Como proposta metodológica para coleta e geração de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com atores sociais da comunidade, sendo: 06 (seis) ex-professores, 06 (seis) ex-estudantes da unidade escolar, 06 (seis) pais dos alunos e a Secretária de Educação do município. Também foram coletados documentos da escola-campo, e a partir dos dados fornecidos pelos colaboradores da pesquisa os mesmos foram tratados utilizando a análise de conteúdo. Os resultados mostraram que a unidade de ensino no povoado Pedro Isaias foi fechada oficialmente por falta de infraestrutura e por estar edificada em local inapropriado, além de não possuir documentação do terreno. Estes motivos ocasionaram a transferência do prédio para o povoado Chapadinha, visto que a Secretaria de Educação do município argumentava ser necessária a mudança para oferecer uma educação de qualidade, com local apropriado para os alunos estudar. Mesmo com a transferência, pelo contrário, o ensino oferecido para as crianças nas novas instalações da escola não agradou tanto os alunos quanto os pais, pois com a construção do novo prédio o ensino passou a ser oferecido em uma única sala de aula, suportando alunos de jardim I e II, e 1º ano ao 5º ano em um único turno (matutino), havendo assim uma precarização do ensino na comunidade. Em decorrência disso, a escola do povoado Chapadinha foi fechada devido à forma que funcionava, pois os pais não vendo desenvolvimento de seus filhos, decidem transferi-los para estudar em escolas situadas zona urbana, culminando com o fechamento da referida instituição.

**Palavras-chave:** Escola do campo. Comunidade. Formação. Educação do Campo.

## ABSTRACT

This monograph aims to investigate the closing process of the Escola Municipal São Sebastião, located in the Ribeirão Grande II community. This district has a population of approximately 450 people and is located in the rural area of the municipality of Tocantinópolis-TO. Based on the provisions of Law 12.960/2014 (BRASIL, 2014) and considering that since 2015 this school is closed, the purpose of the study is to investigate and understand the main reasons that led the public authority to transfer the Escola Municipal São Sebastião from the village of Pedro Isaias to the village Chapadinha, in Tocantinópolis-TO, closing it later. This is a qualitative research, characterized as a case study. As a methodological proposal for data collection and generation, semi-structured interviews were conducted with community social actors, being: 06 (six) ex-teachers, 06 (six) ex-students of the school, 06 (six) parents of the students and the Secretary of Education of the municipality. We also collected documents in the school-field and from the data provided by the research collaborators they were treated using content analysis. The results showed that the teaching unit in the village of Pedro Isaias was officially closed due to lack of infrastructure and because it was built in an inappropriate place, besides not having documentation of the land. These reasons caused the transfer of the building to the village Chapadinha, since the Education Department of the municipality argued that it was necessary to change to offer a quality education with an appropriate place for students to study. Even with the transfer, on the contrary, the teaching offered to the children in the new school building did not please the students as much as the parents, because with the construction of the new building teaching began to be offered in a single classroom, supporting garden students I and II, and 1st year to 5th year in a single shift (morning), thus causing a precariousness of teaching in the community. As a result, the school in Chapadinha was closed because of the way it worked, because the parents do not see development of their children, they decide to transfer them to study in schools located urban area, culminating in the closure of this institution.

**Keywords:** School of the field. Community. Formation. Rural Education.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Antigo Prédio da Escola Municipal São Sebastião Pov. Pedro Isaias ..... 50  
Figura 2 – Novo Prédio da Escola Municipal São Sebastião Pov. Chapadinha ..... 50

**LISTA DE MAPAS**

Mapa I – Município de Tocantinópolis-TO.....	41
Mapa II – Comunidade Ribeirão Grande II .....	43

**LISTA DE TABELAS**

Tabela I – Quantidade de alunos que residem na comunidade Ribeirão Grande II e estudam da zona urbana “Tocantinópolis -TO” .....	65
--	----

## LISTA DE SIGLAS

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNE – Conselho Nacional de Educação

CEB – Câmara de Educação Básica

ENERA – Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terras

PPP – Projeto Político-Pedagógico

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UnB – Universidade de Brasília

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 O movimento “Por uma Educação do Campo”.....</b>	<b>19</b>
<b>2.2 A Educação do Campo e seu papel na formação dos camponeses.....</b>	<b>22</b>
<b>2.3 Salas multisseriadas: concepções e desafios da Educação no Campo.....</b>	<b>29</b>
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....</b>	<b>33</b>
<b>3.1 Métodos utilizados.....</b>	<b>33</b>
<b>3.2 Instrumentos utilizados para a coleta de dados.....</b>	<b>36</b>
3.2.1 Observação.....	36
3.2.2 Entrevistas.....	37
<b>3.3 Local da Pesquisa.....</b>	<b>38</b>
3.3.1 Caracterização do município de Tocantinópolis-TO.....	38
<b>3.4 Dados da escola: caracterização da unidade de ensino pesquisada.....</b>	<b>41</b>
3.4.1 Lócus da pesquisa.....	42
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS.....</b>	<b>44</b>
<b>4.1 Apresentação.....</b>	<b>44</b>
<b>4.2 Processo de mudança da Escola Municipal São Sebastião do Povoado Pedro Isaias para o Povoado Chapadinha.....</b>	<b>46</b>
<b>4.3 A precarização da educação na comunidade e fechamento da Escola Municipal São Sebastião.....</b>	<b>51</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>74</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>77</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo surgiu devido às diferentes lutas empreendidas ao longo de várias décadas pelos movimentos sociais que representam os camponeses, a exemplo da mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir da década de 1980, embora até hoje os mesmos estejam em busca de políticas públicas por uma educação de qualidade no campo brasileiro. Sendo assim, como há algumas instituições de ensino no meio rural que estão sendo fechadas, precisamos compreender os reais motivos que levam as autoridades a fecharem tais escolas. Isso parece ser dúbio para muitos camponeses que lutam por uma educação que seja voltada para sua realidade social.

Como se sabe, em nosso país, o debate por uma educação do campo digna aos povos do campo vem se arrastando há décadas, os direitos dos povos do campo de terem uma educação que valorizasse os seus costumes e tradições estão se perdendo a cada dia. Além disso, uma ferramenta muito importante para a valorização dos povos do campo é quando os mesmos possuem uma escola dentro de sua própria realidade/comunidade e é, embasando nisto, que este trabalho se propôs a pesquisar Precarização da Educação e Fechamento de uma Escola do Campo em um Município do Bico do Papagaio, Tocantins.

Buscamos compreender o(s) motivo(s) e o processo de fechamento da Escola Municipal São Sebastião no povoado Pedro Isaias, em Tocantinópolis-TO, ocasionando a transferência dos alunos para outra unidade escolar localizada no povoado Chapadinha que fica na mesma comunidade e no mesmo município e que logo em seguida ocasionou o fechamento da referida instituição. Para compreender tal processo, problematizamos a política educacional para os povos do campo, enfatizando a Educação do Campo e suas especificidades para o contexto do campo. Verificamos os principais motivos que levaram a Escola São Sebastião a ser transferida do povoado Pedro Isaias, em Tocantinópolis-TO, para outro povoado do mesmo município. Outro fator importante analisado é se ocorreu a participação da comunidade nas discussões do fechamento da unidade escolar, conforme previsto na Lei nº 12.960/2014 (BRASIL, 2014). Discutimos o papel da escola na formação de crianças camponesas, mesmo sendo multisseriada, na comunidade Ribeirão Grande II.

Este estudo traz contribuições acerca da educação tanto para a comunidade local quanto para a sociedade em geral, sendo uma fonte de registros para as pessoas terem o conhecimento dos reais fatores que ocasionaram o fechamento da Escola Municipal São Sebastião do município de Tocantinópolis-TO. É importante lembrar que esta unidade de ensino possibilitou a várias pessoas que já residiram e ainda residem na comunidade serem alfabetizadas.

Tendo o curso de Licenciatura em Educação do Campo, com Habilitação em Artes e Música, o objetivo de formar educadores e educadoras para trabalhar na docência em Artes e Música nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio nas escolas do campo, é que surgiu o “broto” para esta pesquisa. Sendo eu uma futura educadora do campo, o meu compromisso é atuar como uma profissional que esteja preparada para compreender a luta por uma educação de qualidade, que seja pensada, articulada e planejada para servir à população camponesa, respeitando suas peculiaridades e valorizando as suas identidades e sem escola do campo não terei como exercer tais direitos. Cursando a disciplina Legislação e Organização Básica do Campo, me despertou a curiosidade de investigar a verdadeira razão ou quais os motivos que levaram a Secretaria Municipal de Educação de Tocantinópolis a realizar o fechamento da Escola Municipal São Sebastião.

Essa unidade de ensino fez parte de minha trajetória escolar na qual cursei minhas séries iniciais e já tenho uma noção de como é estudar em uma escola do campo, sem professores formados para atuar neste espaço, assim como também venho observando o trajeto percorrido diariamente e as dificuldades enfrentadas pelas crianças da comunidade focalizada para poderem estudar em uma escola situada na área urbana. Ao me deparar com essas situações na comunidade que resido há 22 (vinte dois anos), enquanto cidadã, eu me sinto lisonjeada e responsável por investigar essa problemática.

Entendo que esta pesquisa será de grande relevância para a comunidade de Ribeirão Grande II, na qual, por estar situada na área rural a 10 km da sede do município de Tocantinópolis, a presença de uma escola é de fundamental importância para o bom desenvolvimento dos alunos e da própria comunidade, pois tanto as crianças quanto os adolescentes não perderão suas identidades, já que têm o direito de ser educados no lugar onde eles vivem, como defende Cardart (2002).

Este trabalho monográfico se estrutura em três capítulos. O primeiro capítulo - *Uma breve contextualização histórica da Educação do Campo* – traz o tema e situa o leitor, buscando de forma objetiva fazer um levantamento acerca da legislação vigente, que rege a implantação e manutenção da Educação do Campo. Apresentamos a visão de pesquisadores/autoridades a respeito dos fenômenos sociais, que motivaram a criação de normas legais, como leis, decretos e resoluções, relacionadas à Educação do Campo e às escolas do campo, de forma a justificar suas implantações. Por fim, dá-se atenção à adequação e aos princípios necessários no desenvolvimento das atividades educacionais no campo, que visam respeitar e valorizar a cultura dos indivíduos a que se destina.

O segundo capítulo - *Procedimentos metodológicos da pesquisa* - expõe ordenadamente os elementos metodológicos, trazendo respectivamente os métodos, instrumentos e o local onde o trabalho foi desenvolvido. Primeiramente, é demonstrada a forma de investigação que levou o estudo a alcançar o seu objetivo principal. Os instrumentos, por sua vez, são uma expressão mais técnica e evidenciam o processo pelo qual foram coletados os dados necessários ao desenvolvimento do presente trabalho. Por último, o local da pesquisa é exposto de forma geográfica, econômica e social, onde são indicadas sua localização e arredores, dados demográficos e culturais.

No terceiro capítulo – *Análise e discussão de dados* - ostentamos o conteúdo de verdadeira relevância social, onde é apontada e exposta a problemática discutida nesta monografia. Trazemos uma breve apresentação, onde explanamos toda a trajetória percorrida para a obtenção dos dados necessários para esta consecução da monografia e, em seguida, realizamos a caracterização do município onde estão localizados os sujeitos da pesquisa, trazendo breve histórico de sua criação, destacando que este município já completou 160 anos de emancipação política. Posteriormente, caracterizamos a escola São Sebastião, delineando informações desde o ano do seu início até o seu fechamento. Em seguida, realizamos a análise dos dados a fim de compreender o processo de mudança da escola para outro povoado e, em face disto, concluímos o capítulo com uma breve discussão acerca da precarização da educação na comunidade na qual a escola funcionou por alguns anos.



## 2 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Historicamente, até as primeiras décadas do século XX a educação era acessível a poucas pessoas e, principalmente no espaço rural, a população ficou sempre à margem do processo educacional, sendo que o país não mostrou envolvimento em construir um sistema educacional que fosse capaz de atender as necessidades da população camponesa. Embora em 15 de outubro de 1827 a primeira lei nacional oficializa que [...] “Em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias” (BRASIL 2015 apud LIMA; SILVA, 2015 p. 243), podemos perceber que a população camponesa nem sequer foi mencionada nas políticas públicas do país, pois o acesso à educação era restrito à população urbana.

Leite (1999, p.14 apud SANTOS, 2018, p. 74-75) nota que:

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político- ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos”. Isso é coisa de gente da cidade

Entretanto, os movimentos sociais que representam os camponeses vêm lutando contra essas ações que a classe dominante impõe perante a sociedade excluindo os povos do campo das políticas públicas. Defendendo o campo como um espaço de luta, ideologias, histórias e de identidades e que devem ser respeitados.

Por causa desse tipo de exclusão a população camponesa sofre ainda hoje com um “alto índice de analfabetismo e baixa escolarização no campo”, segundo Lima e Silva (2015, p. 241). Políticas públicas são criadas e às vezes incentivadas, mas será preciso que muitas coisas mudem para que a Educação do Campo possa de fato ser efetivada e acessível como deveria ser.

Silva (2018, p. 51) destaca que como “[...] defendem muitos educadores/pesquisadores [...] e líderes de movimentos sociais do campo, a Educação do Campo ainda “está em construção”. Por este motivo, ressalta-se a importância da realização de estudos na área.

Fórum Nacional de Educação do Campo (2012, p.03) apud Santos (2018, p. 76) menciona que:

A educação do campo nasceu das experiências de luta pelo direito à educação e por um projeto político pedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora do campo, na sua diversidade de povos indígenas, povos da floresta, comunidade tradicionais e camponesas, quilombolas, agricultores familiares, assentados, acampados à espera de assentamento extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e trabalhadores assalariados rurais.

A Educação no Campo para ser regulamentada passou por diversos percalços, principalmente pelo fato de que era discriminada e marginalizada, ou seja, estava à margem da sociedade, o que dificultava sua inserção e conseqüentemente sua aceitação, sendo que seu primeiro desafio foi justamente vencer os paradigmas relacionados a sua importância e implantação.

Santos (2018, p. 78) destaca que:

Os avanços ocorridos na educação do campo são frutos da resistência organizada das populações por meio das práticas de formação política e das lutas deflagradas pelos movimentos sociais. Ao longo de décadas, resistem às inúmeras situações de dominação, provocam ações e pressionam governos na implementação de diretrizes, normas, orientações e políticas públicas que atendam aos anseios e demandas dos trabalhadores do campo.

Pretende-se, ao conseguir colocar em prática a Educação do Campo, que as pessoas ali educadas não precisem passar por tudo que as pessoas das gerações anteriores vivenciaram. É por uma educação de qualidade equivalente à das cidades que se luta aqui.

A realidade que deu origem a este movimento *por uma educação do campo* é de violenta desumanização das condições de vida no campo. Uma realidade de injustiça, desigualdade, opressão, que exige transformações sociais estruturais e urgentes (CALDART, 2002, p. 20).

É de extrema urgência, como diz a autora na citação acima, que se façam transformações nesta área. A população do campo merece e tem direito a uma educação que leve em consideração as suas necessidades e especificidades, e não as necessidades das pessoas que vivem nas cidades, pois estas são diferentes.

Deve-se observar que as escolas estão deixando de existir no campo, as crianças estão sendo levadas para as cidades para lá receberem educação escolar. Entretanto, essa educação (urbana) não condiz com as coisas que as crianças e os jovens camponeses deveriam de fato aprender, pois não foi preparada para eles. Caldart (2002, p. 24), destaca ainda que

A Educação do Campo não cabe em uma escola, mas a luta pela escola tem sido um de seus traços principais: porque a negação do direito à escola é um exemplo emblemático do tipo de projeto de educação que se tenta impor aos sujeitos do campo; porque o tipo de escola que está ou nem está mais no campo tem sido um dos componentes do processo de dominação e de degradação das condições de vida dos sujeitos do campo; porque a escola tem uma tarefa educativa fundamental, especialmente na formação das novas gerações; e porque a escola pode ser um espaço efetivo de fazer acontecer a educação do campo.

Com isso, a autora quer dizer que a negação do direito de ter escolas no campo é a demonstração concreta de que as pessoas que têm o poder político e econômico em suas mãos não querem que as outras pessoas tenham as mesmas oportunidades que elas mesmas tiveram, de estudar os níveis da educação em seu lugar de origem, proporcionando aumento de conhecimento dos próprios costumes.

A autora enfatiza ainda que a escola pensada para as pessoas do campo deve ser um meio de proporcionar aos estudantes o entendimento sobre sua origem. A escola para as pessoas do campo deve fazê-las entender que não é preciso sair de seu lugar para se bem-sucedido na vida, como mostra Caldart (2002, p. 24): “Construir uma escola do campo significa estudar para viver no campo”.

Concordando com essa ideia, Cardoso Filho e Silva (2017, p. 77) apontam que:

É nesse contexto que entra a educação do campo, trazendo as identidades, as histórias e a realidade social camponesa, como agentes capazes de desconstruir do imaginário coletivo a visão distorcida entre o campo e a cidade.

De acordo com os autores, Educação do Campo contradiz as concepções que a classe dominante tem sobre o campo, desde os aspectos educacionais, culturais e econômicos, mostrando que os povos do campo agem através de luta e resistência com objetivo de desconstrução desta visão de rural como lugar atrasado e urbano como espaço do progresso.

## **2.1 O movimento “Por uma Educação do Campo”**

Aos poucos, os movimentos sociais vão ganhando força dentro deste cenário das políticas públicas, pois em julho de 1997 aconteceu o “I Encontro Nacional de Educadoras e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA)”. A conferência foi promovida a nível nacional pelo MST, CNBB, Unb, UNESCO e pelo UNICEF

(KOLLING, OSFS, CALDART, 2002, p.11). Este evento foi de extrema importância para elaboração dos principais desafios que os movimentos sociais almejavam a enfrentar com o principal intuito de colocar em discussões os questionamentos relacionados a melhores condições de uma Educação do Campo e sua consolidação dentro do cenário educacional no Brasil.

Desse modo, foi na “I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia- Goiás de 27 a 31 de julho de 1998” (KOLLING, OSFS, CALDART, 2002, p.11), a qual contou com a participação dos movimentos sociais juntamente com professores e pesquisadores, que surge a ideia de pensar e questionar ações sobre o ensino que o poder público estava destinando para população camponesa, caracterizado por implementar um ensino urbanocêntrico dentro do espaço rural desvalorizando a identidade e a realidade dos camponeses.

Apesar de tantas lutas, a Educação do Campo foi instituída pela Resolução do CNE/CEB nº 01, de 03 de abril de 2002, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de abril de 2008 (BRASIL, 2008) e o Decreto Presidencial nº 7.352, de 04 de novembro de 2010 (BRASIL, 2010). É notório que foi tardia essa resolução, tendo em vista que o nosso país é predominantemente rural e assim percebemos a falta de um olhar direcionado à educação para atender as demandas dos povos do campo, pois se considerava o meio rural um lugar de atraso, de onde só queriam tirar benefícios e não merecia investimentos. Como a Constituição Federal de 1988 estabelece, a educação é “um direito de todos e dever do Estado”. (BRASIL, 1988, Art.205).

Entretanto, começou-se a falar em ensino nas escolas rurais na Constituição Federal de 1988 com a redemocratização do país, que foi resultado também das lutas dos movimentos sociais, nesta época o campo começa a ganhar espaço dentro do cenário nacional. Com uma série de reivindicações, os movimentos sociais, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), vão em busca de seus direitos lutando pela posse da terra e por uma Educação do Campo, pressionando os governantes a colocarem em prática o que está previsto em lei, em especial na Constituição de 1988.

Diante disso, Lima e Silva (2015, p. 242) afirmam que:

A partir daí ocorre a concretização de algumas conquistas dos movimentos sociais no tocante à Educação do campo, como a implantação do Programa

Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e, principalmente, a criação de uma legislação que reconhece a necessidade e possibilita a implementação de escolas que ofereçam à população camponesa, de fato, uma formação com base nos princípios da Educação do campo.

O PRONERA, como expõe Santos (2018), trata-se de um programa que teve o apoio do Estado para sua criação, foi um compromisso firmado entre o Governo Federal, instituições de ensino, movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores/as rurais, governos estaduais e municipais. Pois “O principal objetivo do PRONERA se constitui em favor da democratização da educação para os/as trabalhadores/as da reforma agrária, respeitando as particularidades dos sujeitos sociais” (SANTOS, 2018, p. 87). O programa foi criado para proporcionar às pessoas moradoras do campo uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Vale lembrar que a educação que tanto se fala aqui não se trata somente do ensino fundamental e médio, também faz parte desta luta a efetivação do direito à educação de nível superior no campo.

Nesse sentido, evidenciamos que foi uma luta constante para que se implantasse a educação do/no campo, haja vista que foi necessária a união de vários seguimentos e mecanismos que pudessem fazer com que levassem em consideração as particularidades da mesma, pelo fato de que vivemos em um país tipicamente agrário, porém como foi ressaltado não foi enfatizado esse elemento tão preponderante para a educação em análise.

Durante a caminhada por uma Educação Básica do Campo, juntamente com eventos que os movimentos sociais realizaram para serem debatidos assuntos que foram pertinentes para a construção de uma Educação do Campo, a expressão Educação do Campo [...] “surge a partir das discussões do seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro de 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional realizada em julho de 2004” (CALDART, 2012, p. 257 apud LIMA; SILVA, 2015, p. 246). Foi neste espaço que os movimentos sociais encontraram para discutir um tipo de conceito que representasse suas lutas, culturas, identidades e valores, uma educação que seja firmada “NO” e “DO” Campo.

Assim, compreende-se: *No* – porque as pessoas têm direito a ser educadas no lugar onde elas vivem, convivem com seus familiares; *Do* – explica-se pelo fato de que os camponeses têm direito a uma educação pensada sob a ótica das demandas da comunidade local e com a sua participação,

vinculada à sua cultura, saberes e às suas necessidades humanas e sociais (SILVA, 2018, p. 53).

Digo que a Educação do Campo deve incluir uma sociedade e que não haja exclusão social, que respeite tanto o individual como o coletivo. A Educação do Campo vem sedimentada por pensamentos que visam a respeitar o lugar, as necessidades culturais e dar o direito ao camponês a uma educação planejada de acordo com a sua realidade.

## **2.2 A Educação do Campo e seu papel na formação dos camponeses**

Antes dos movimentos sociais buscarem seus direitos, o tipo de educação que era oferecido à população camponesa era uma educação rural, pois a mesma existia desde 1889, logo após a Proclamação da República e foi feita exclusivamente para atender estudantes das áreas rurais que não tinham como se deslocar para a cidade em busca de formação. Caracteriza-se por ser uma educação “meio rasa”, pois visava apenas ensinar a ler, escrever e fazer contas com as operações básicas. Não tinha professores capacitados e as salas eram multisseriadas e apenas um professor tinha de atender alunos de séries e idades diferentes (SIMÕES; TORRES, 2011).

Outro aspecto a destacar é que a educação rural vem se mostrando subordinada e alienada, e assim contribui para a proliferação do poder, ou seja, da elite ter domínio sobre a classe mais baixa, sendo que a Educação no Campo tem como premissa a busca pela conscientização do indivíduo, auxiliando-o na construção de sua identidade e na sua formação como ser pensante e desse modo quebra os paradigmas que foram criados pela educação rural. Costa e Cabral (2016, p. 182) afirmam que:

A Educação Rural se constitui em um mecanismo de subordinação e de alienação, bem como de propagação desse poder, enquanto, na Educação do Campo, a referência está no protagonismo dos camponeses, na conscientização do ser humano e na sua formação como um todo, rompendo com as ideologias dominantes.

Observa-se que a educação rural e a Educação do Campo apresentam/possuem concepções educacionais diferentes, sendo que a Educação do Campo é uma proposta consagrada por diversos movimentos sociais ligados ao

campo, provinda da necessidade de “romper” com o modelo educacional rural até então vigente.

No que se refere ainda à educação rural, ela não leva em consideração a cultura local dos atores sociais assistidos nos processos formativos, sendo que foge totalmente de sua realidade e por isso tem-se um ensino deficiente. Costa e Cabral (2016, p. 185) também apontam que:

Para a Educação Rural, é imposto o paradigma da escola urbana, na qual os conteúdos em nada se relacionam com o contexto e com os conhecimentos dos camponeses, seus saberes são descartados e desvalorizados no âmbito social, cultural, histórico e econômico, invalidando, ocultando e silenciando os conhecimentos construídos nas relações socioculturais e impondo um conhecimento dito universal.

Esse tipo de educação antes de ter sido reformulado foi abolido algumas vezes e voltou a ser discutido, até que após a carta magna de 1988 com a redemocratização do país e com as lutas dos movimentos sociais passando a se falar e Educação do Campo. Esta, por sua vez:

[...] nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade. (CALDART, 2012, p.15 apud MACHADO, 2017, p.26)

Com isso, percebemos que não se trata apenas de escolas no campo, mas de toda uma trajetória de lutas e conquistas que de uma maneira bem real intensifica o processo de resistência pelo qual os moradores do campo e principalmente integrantes de movimentos de lutam também por terras.

Cabe aqui ressaltar que:

Ao contrário da educação rural, a educação do campo é proposta de diversos movimentos sociais ligados ao campo, por isso, quando se fala em educação do campo é inevitável não pensar em lutas sociais, trabalhadores como protagonistas e sujeitos das ações pedagógicas. Desse modo, o campo não é somente o contrário de urbano, mas um lugar de inúmeras possibilidades. (MACHADO, 2017 p.5)

Salientamos que a educação rural sempre ficou à margem da sociedade, pois havia falta de investimento do governo na educação e o campo era visto como um espaço somente de oportunidades para se aproveitar e que não merecia

investimentos. Mas com a Constituição de 1988, logo veio a promulgação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional Básica (LDBEN- nº 9.394/96), que permitiu que a Educação do Campo fosse implanta, garantindo aos camponeses o direito à educação e respeitando suas peculiaridades, embora a conceituava apenas como um tipo de educação que ocorre nos espaços urbanocêntrico e como sabemos que não é só isso, o conceito da LDB nos é falho.

O que se pode perceber é que, com base nas Diretrizes Operacionais, as especificidades da Educação do Campo são: ter sua própria identidade, desde aspecto pedagógico a aspecto físico. Como previsto na Resolução 01/2002:

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002, p. 1).

Portanto, os conteúdos curriculares terão que ser adaptados de acordo com as necessidades e realidades da vida rural e de cada região, como estabelece muito bem o artigo 28 da LDB (BRASIL, 1996) e o Parecer 36 (BRASIL, 2001). Ou seja, os conteúdos curriculares devem que vir de acordo com as necessidades dos alunos da zona rural e do interesse dos mesmos, e a organização da Educação do Campo é própria, tendo que incluir a adequação ao calendário escolar às fases do ciclo agrícola e dentre outras como adequação à natureza do trabalho na zona rural. O sistema de ensino é diversificado de acordo com a cultura e a sociedade dos alunos que ali fazem parte da Educação do Campo. E sempre respeitando as igualdades e diferenças.

O artigo 28 da LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) estabelece que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.



Conforme as Diretrizes Operacionais (BRASIL, 2002), exemplificaremos as especificidades da Educação do Campo, como apresenta o Parecer 36 (BRASIL, 2001, p. 2):

A partir de uma visão idealizada das condições materiais de existência na cidade e de uma visão particular do processo de urbanização, alguns estudiosos consideram que a especificidade do campo constitui uma realidade provisória que tende a desaparecer, em tempos próximos, face ao inexorável processo de urbanização que deverá homogeneizar o espaço nacional. Também as políticas educacionais, ao tratarem o urbano como parâmetro e o rural como adaptação reforçam essa concepção.

Outro aspecto importante a mencionar no Parecer 36/2001 é a Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, que consta no seu artigo 15 no inciso II alguns pontos importantes sobre a especificidade do campo:

Art. 15 No cumprimento do disposto no § 2º, do art. 2º, da Lei 9424/96, que determina a diferenciação do custo-aluno com vistas ao financiamento da educação escolar nas escolas do campo, o Poder Público levará em consideração:

II - As especificidades do campo, observadas no atendimento das exigências de materiais didáticos, equipamentos, laboratórios e condições de deslocamento dos alunos e professores apenas quando o atendimento escolar não puder ser assegurado diretamente nas comunidades rurais (BRASIL, 2002, p.03)

Pode-se atentar que as leis, as resoluções e os pareceres são bastante animadores e deixam claro que os estudantes que residem e estudam no campo que na escola deve ser valorizada e respeitada as peculiaridades da Educação do Campo. No entanto, não é isso que ocorre, infelizmente, tendo em vista que ainda presenciamos pessoas saírem do campo para estudarem nas cidades por falta de escolas e isso que deixa a população do campo indignada, pois com tantas políticas públicas criadas para servir uma educação de qualidade para os povos do campo as normas legais são deixadas nos papéis e na prática elas são ignoradas pelo poder público.

O campo sempre foi visto como um lugar a ser explorado, de onde só se usufrui e nunca traz nada, a Educação do Campo vai em contrapartida a isso. A Educação no Campo agrega os valores de cada localidade, costumes, cultura, o que faz com que os atores sociais se identifiquem, isto é, construam sua identidade a partir do contexto em que estão inseridos, haja vista que esse elemento é fundamental para a sua formação. Ressaltamos que essa educação deve ser

implantada por meio de uma pedagogia que realmente respeite e vá de encontro às ideias e práticas que são vivenciadas pelos sujeitos que vivem no/do campo, pois o que ainda vemos são pedagogias que não se adequam a tal realidade.

Diante disso, Costa e Cabral (2016, p. 182 e 183) apontam:

A Educação do Campo resiste a toda essa visão, a essa ideologia, e aponta para a construção de um novo paradigma, que seja pensado pelo camponês, partindo do princípio da diversidade sociocultural. De acordo com os autores, o campo é concebido como espaço de vida e de resistência, rico e de muitas possibilidades, de desenvolvimento social, econômico e cultural, o que faz com que seus sujeitos busquem se afirmar como sujeitos de direito, que lutem por políticas públicas.

A escola do campo é pensada especialmente para aqueles que habitam as localidades do campo. Pois a “educação rural não atendia as necessidades da população camponesa” (LIMA; SILVA, 2015, p. 247), pois se tratava da implantação da escola urbana no meio rural sem nenhuma adequação à realidade do campo. A escola do campo é formulada para atender as necessidades dos camponeses, reconhecendo e valorizando sua identidade cultural, assim como suas lutas.

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito (CALDART, 2011, p.110 apud MACHADO, 2017, p. 26).

Sabemos que o espaço escolar é um espaço de formação social, individual e política. Portanto, para os camponeses a educação é um espaço de luta e resistência, já que tem a função de socializar os saberes. Por isso, a Educação do Campo visa um espaço escolar que dê uma atenção especial aos valores e identidade cultural dos indivíduos.

Nessa perspectiva, compreendemos que no tocante à educação, seja ela rural ou do campo, tem que se considerar as peculiaridades e particularidades de cada localidade, e para contemplar tais critérios citamos a Educação do Campo como sendo a responsável por levar em consideração esses princípios, pois como bem analisamos o estudo nos mostra que a mesma garante os direitos, a valorização dos princípios, da identidade cultural, das crenças, dos saberes, sem negar as experiências, os conhecimentos dos camponeses. Conforme pontuamos nas discussões anteriormente, a Educação do Campo tem passado por lutas para poder ocupar seu espaço e ser valorizada.

Os autores Lima e Silva (2015, p. 248), no tocante à Educação do Campo, dizem que:

Nessa perspectiva, a organização de um PPP específico respeitando e contemplando as peculiaridades de uma escola do campo está de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, que no seu escopo tem como finalidade, apontar metas de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres.

Dessa forma, notamos que é de extrema relevância elaborar um Projeto Político-Pedagógico (PPP) que contemple as singularidades da Educação do Campo, porém não basta somente isso. Também se faz urgente formar professores voltados à realidade da população camponesa, sendo que até então a nossa realidade ainda não abarca as necessidades dos alunos, pois é imprescindível uma formação de professores que venham proporcionar uma educação de qualidade para as pessoas do campo.

Apesar dos desafios enfrentados, notamos que a Educação do Campo já alcançou alguns objetivos, principalmente no que se refere à legislação. No entanto, observamos que há muito a se fazer no que tange à consolidação e concretização do que está estabelecido. O que ainda falta é justamente a inserção mais ativa das comunidades e de políticas públicas que realmente sejam direcionadas à educação nesse contexto social, pois não podemos deixar de citar a falta de interesse pela educação por parte dos gestores públicos que infelizmente não a veem como algo prioritário e necessário.

Conforme pontuamos anteriormente, a Educação do Campo tem passado por lutas para poder ocupar seu espaço e ser valorizada. Para entendermos esse panorama, é fundamental que voltemos nas questões das memórias para que assim possamos compreendê-la. Por dialogar com o tema de nossa pesquisa, atentemo-nos para um caso específico de nuclearização das escolas rurais, ocorrido no município de Éneas Marques, no estado do Paraná (NURMBERG e CASTANHA; 2017). Diante desse fato, devemos estar atentos a tecer uma discussão a respeito de como se deu esse processo e o que na verdade isso contribui ou não para a educação do/no campo.

Desse modo, o estudo em questão traz informações importantes sobre a cidade e também sobre como se estruturou essa educação nos primeiros anos, enfatizando que as primeiras escolas tiveram um caráter religioso.

Como bem explicita Nurmberg e Castanha (2017, p. 34),

Essas escolas rurais, em sua maioria, foram cessadas a partir da década de 1990. Além destas escolas, identificou-se uma escola coordenada por religiosas, com a participação de sacerdotes na coordenação e execução de escolas de 1º e 2º Grau, por meio de convênios com entidades. Estes foram alguns elementos que nos instigaram a investigar como ocorreu o processo de constituição e fechamento das Instituições Escolares do município de Enéas Marques entre as décadas de 1960-1990.

Nessa perspectiva, a Educação no Campo vai se modificando, ou seja, passando por diversas fases como é bem ressaltado no decorrer da pesquisa até chegar à nuclearização, que, de acordo com os autores, a mesma está atrelada ao processo de industrialização, modernização da agricultura e êxodo rural no Brasil.

Segundo Priori et al. (2012, p. 115 apud NURMBERG; CASTANHA 2017 p. 44),

A modernização agrícola no Estado do Paraná foi acompanhada de mudanças que historicamente ocorrem na instalação da base técnica ao campo, como problemas sociais, dentre eles, o êxodo rural, a concentração fundiária ... e o desemprego no campo.

A nuclearização retirou as escolas do campo, levando os alunos para a cidade, o que dificultou ainda mais a aprendizagem, visto que cada localidade tem seus costumes e ao saírem do seu lugar de origem os educandos não tiveram mais contato com a sua realidade, prejudicando assim o aprendizado. Podemos perceber que a implantação da nuclearização na verdade foi uma maneira pela qual a prefeitura de tal município paranaense encontrou para diminuir os gastos e para isso só poderia ser atribuído à educação e infelizmente não é valorizada.

Conforme Nurmberg e Castanha (2017, p. 44), “O processo de nuclearização das escolas está diretamente relacionado com o processo de industrialização, modernização da agricultura e êxodo rural no Brasil”. Isso implica em dizer que na medida em que as pessoas saem do campo rumo às cidades e a quantidade de crianças que precisam da escola no campo diminui, as escolas são fechadas justamente por causa do número baixo de crianças matriculadas. Não muito diferente, veremos que isso também é semelhante ao que ocorreu na escola em que desenvolvemos nossa pesquisa no município de Tocantinópolis, Estado do Tocantins.

Com isso subentende-se também que as políticas públicas e as leis criadas para que se possa preservar a escola no e do campo não levam em consideração que, apesar de ter poucas crianças matriculadas, ainda existe um número significativo de crianças na comunidade que necessitam desse tipo de escola.

Essa mudança pode gerar sentimentos negativos tanto nos alunos quanto em seus pais. No estudo de Nurmberg e Castanha (2017) realizado sobre a nuclearização das escolas no município de Enéas Marques-PR entre as décadas de 1960 e 1990, a partir de documentos e depoimentos orais, consta o seguinte depoimento:

Para os pais as mudanças propostas pela nuclearização geravam insegurança, pois, os filhos frequentavam a escola perto de casa e o professor era uma pessoa conhecida e de confiança. A partir do fechamento da escola na comunidade, os filhos teriam que frequentar outra escola, professores novos e teriam que se deslocar vários quilômetros, precisaria de transporte para levar os alunos. (NURMBERG; CASTANHA, 2017, p. 46).

Isso traduz a insegurança e preocupação dos pais com relação à educação de seus filhos, que antes estudavam perto de suas casas e em suas próprias comunidades e agora terão que enfrentar uma rotina demorada e cansativa para poderem estudar.

Vale ressaltar que Nurmberg e Castanha (2017) abordam em seu estudo o processo de fechamento/ nuclearização na década de 1990 das escolas no Sudoeste do estado do Paraná; conforme elencamos anteriormente, nesta monografia abordamos a “Precarização da educação e fechamento de uma escola do campo em um Município do Bico do Papagaio, Tocantins”, explanando os reais motivos que ocasionaram o fechamento de tal unidade de ensino na comunidade Ribeirão Grande II, em decorrência da precarização.

No capítulo a seguir, abordamos os procedimentos metodológicos e os instrumentos que foram essenciais para alcançar os objetivos desta pesquisa

### **2.3 Salas multisseriadas: concepções e desafios da Educação no Campo**

A escola multisseriada tem sua origem desde o início de nossa colonização, onde os responsáveis pela escolarização no Brasil foram os jesuítas, porém como somos sabedores estes foram expulsos e com isso foi passando para outro modelo de escola, sendo que a mesma foi chamada de rural. No entanto, essa educação

não era voltada para todos, era apenas para a elite, haja vista que a educação destinada aos trabalhadores só foi iniciada em 1930.

Dessa forma, de acordo com que pontuamos anteriormente as salas multisseriadas têm como premissa conter vários alunos, sendo estes de séries/níveis diferentes, porém existe apenas um professor para ministrar as aulas. Nessas condições, enfatizamos que é uma tarefa muito difícil para o professor, pois o mesmo deve desenvolver atividades para cada série, o que dificulta ainda mais o seu trabalho docente.

Arroyo (2010, p.10) ressalta que:

A escola multisseriada pensada na pré-história de nosso sistema escolar; vista como distante do paradigma curricular moderno, urbano, seriado, vista como distante do padrão de qualidade pelos resultados das avaliações, pela baixa qualificação dos professores, pela falta de condições materiais e didáticas, pela complexidade do exercício da docência em classe multisseriada, pelo atraso da formação escolar dos sujeitos do campo em comparação com aquela da cidade.

O que podemos perceber é que a escola multisseriada não detém de uma qualificação e modernização, pois o que presenciamos é justamente a falta de apoio e recursos que poderiam ser destinados a esse tipo de escola, tendo em vista que somos um país tipicamente agrário e nossas origens também vêm do campo. No entanto, até hoje não se teve um olhar por parte de nossos governos para essa educação, tendo em vista que sofreu algumas modificações nos últimos anos com a mudança de educação rural para Educação do Campo e cursos destinados a ela.

Outro aspecto que nos chama a atenção é que as salas multisseriadas são basicamente nos anos iniciais, pois para que o sujeito possa dar continuidade a sua escolarização é necessário que desloque de sua localidade para os centros urbanos, pois na atual conjuntura brasileira existe um pequeno número de escolas no campo, sendo que algumas já foram fechadas, como é o caso da escola que estamos analisando nesta monografia. Nesse sentido, se houvesse escolas no campo certamente não teria o deslocamento de alunos para a cidade, mas colocamos o fato também da qualificação dos professores que em sua grande maioria não estão aptos a exercer a docência, fator este que contribui para a má qualidade na educação oferecida, porém reiteramos a questão das salas multisseriadas que são um grande problema enfrentado pelos professores.

A definição de classes multisseriadas na perspectiva de Ximenes-Rocha e Colares (2013, p. 93) é:

As classes multisseriadas caracterizam-se por reunir em um mesmo espaço físico diferentes séries que são gerenciadas por um mesmo professor. São, na maioria das vezes, única opção de acesso de moradores de comunidades rurais (ribeirinhas, quilombolas) ao sistema escolar. As classes multisseriadas funcionam em escolas construídas pelo poder público ou pelas próprias comunidades, ou ainda em igrejas, barracões comunitários, sedes de clubes, casas dos professores entre outros espaços menos adequados para um efetivo processo de ensino-aprendizagem.

Desse modo, compreende-se que a concepção acima não difere muito da de Arroyo (2010), pois como notamos as classes multisseriadas contemplam todas as séries em um mesmo espaço, sendo responsável apenas um professor, geralmente é composta pelos moradores das comunidades rurais e são construídas pelo poder público ou pela comunidade ou igrejas. No entanto, nos indagamos a respeito da aprendizagem, como esta é adquirida e como o professor gerencia suas aulas, sendo que o mesmo deve planejar para cada série, um desafio muito grande e que requer tempo e motivação, haja vista que trabalhar com alunos de diversas séries exige muito desse professor.

Apesar dos problemas elencados, as classes multisseriadas propiciam uma grande socialização, seja na transmissão de conhecimento, seja na interação dos indivíduos, pois como convivem no mesmo espaço, as vivências vão sendo adquiridas. Porém, ressaltamos que esta não é a metodologia adequada, pois o aluno tem o direito à educação e esta deve ser oferecida de forma que conduza para o seu entendimento e também pensamos no trabalho docente que deve ser levado em consideração e para que isso ocorra faz-se necessário pensar em uma Educação do Campo em que cada série tenha um professor, pois só assim terá uma aprendizagem significativa, haja vista que as salas multisseriadas exigem uma jornada bastante extensa e cansativa, o que atrapalha no rendimento não somente dos professores mas também dos alunos.

Diante disso, relatarei a minha experiência em sala multisseriada que foi algo desafiador, tendo em vista que morava no campo e a escola que tinha havia apenas classes multisseriadas. Com apenas 6 anos de idade, iniciei minhas séries iniciais na Escola Municipal São Sebastião, no antigo prédio do povoado Pedro Isaias. Estudava no turno vespertino e minha turma possuía apenas uma professora que atendia vários alunos de outras séries diferentes, além de as atividades que eu realizava nessa escola eram apenas pintar e brincar enquanto a leitura e a escrita não eram favorecidas nem praticadas neste ambiente de ensino; esse papel de

alfabetização (aprendizagem da leitura e da escrita) foi realizado em casa com a ajuda de minha mãe; conhecer as letras do alfabeto, formação das palavras, escrita no caderno de caligrafia a contar e assim sucessivamente.

Estudar em uma escola do campo com diversas lacunas e que não oferece um ensino de qualidade devido à falta de recursos que a escola não disponibiliza, as secretarias de educação de municípios colocam professores que não têm a percepção de mudanças de aprendizagens de seus alunos e ainda formam turmas multisseriadas compostas por aluno de séries diferentes em uma única sala cuja responsabilidade é de apenas um professor; não é possível favorecer uma aprendizagem satisfatória nessas classes, pois os professores que lecionam nesse tipo de escola não foram ensinados durante a sua formação de como trabalhar com este modelo de turmas multisseriadas e se sentem meio perdidos, pois este ensino disponibilizado nesta instituição de ensino não agrada os pais e logo estes percebem que seus filhos não têm uma aprendizagem eficiente.

Assim, neste trabalho monográfico – no capítulo das análises de dados - serão apresentadas as falas dos ex-professores que lecionaram nesta escola a respeito de como é trabalhar com turmas multisseriadas.



### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A presente pesquisa tem o propósito de investigar e compreender os principais motivos que levaram o poder público a transferir a Escola Municipal São Sebastião do povoado Pedro Isaias, em Tocantinópolis-TO, para outro povoado (Comunidade Ribeirão Grande II) do mesmo município e que logo em seguida ocasionou o fechamento da referida unidade escolar.

É importante dizer que para obtenção de resultados mediante o desenvolvimento de uma pesquisa científica todo o pesquisador estrutura o seu caminho para ir em busca de dados que comprovem as suas hipóteses. O “método deve permitir a todos cientistas, retrazar os procedimentos daquele que alcança um resultado válido, permitindo a compreensão do caminho seguido no processo de investigação” (MARCONI, LAKATOS; 2011, p. 46). Neste capítulo, será abordada a metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa, bem como os instrumentos de coleta de dados, caracterização do município de Tocantinópolis, caracterização da unidade de ensino pesquisada e o *lócus* da pesquisa onde a escola está situada.

#### 3.1 Métodos utilizados

A princípio, para consecução desta monografia foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica por meio da leitura de textos teóricos, a exemplo de teses, dissertações, artigos científicos, livros, decretos, leis e resoluções, cujo objetivo era apresentar o contexto histórico da Educação do Campo e, com isso, compreender melhor o tema abordado na presente pesquisa.

Fonseca (2000, p. 32 apud GERHARD; SILVEIRA, 2009, p. 37) salienta que

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Entretanto, todo pesquisador tem que estar apto a estudar algo que já foi pesquisado sobre o seu tema de pesquisa, pois é a partir desses estudos que se motiva o investigador a construir caminhos e conhecimentos diferentes que o levam a questionar ainda mais sobre o que realmente deseja explorar.

Em se tratando da investigação, para se alcançar o objetivo principal foi utilizada uma abordagem qualitativa, pois este [...] “é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada” (MENGA,1986, p. 18 apud MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 271). A abordagem qualitativa é de suma importância para compreender e entender fatos sociais que acontecem em determinados espaços.

Além disso, a pesquisa qualitativa “é o que se desenvolve numa situação natural” (MENGA, 1986, p. 18 apud MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 271). Sendo assim, o ambiente natural em que foi realizada a pesquisa é a Escola Municipal São Sebastião, situada no município de Tocantinópolis-TO, microrregião do Bico do Papagaio, estado do Tocantins.

Portanto, a pesquisa qualitativa tem um caráter exploratório, sendo uma das técnicas utilizadas para coletar dados, como Teixeira (2014, p.137) explicita:

[...] o pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é, da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação. As experiências pessoais do pesquisador são elementos importantes nas análises e compreensão dos fenômenos estudados.

Cabe-nos dizer que esta pesquisa possibilita ao pesquisador estar próximo de seu objeto de estudo, podendo ter mais informação e apropriação do processo fazendo um elo entre a teoria e os dados obtidos durante a pesquisa, mediante aos fenômenos do contexto histórico e social.

Podemos perceber que a pesquisa qualitativa proporciona ao investigador várias técnicas para ir em busca do conhecimento de que necessita para comprovar suas hipóteses. (TRIVIÑOS,1987, p.128-130 apud MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 272) reforçam que a pesquisa qualitativa tem suas características, quais sejam: “a) ter ambiente natural como fonte direta de dados; b) ser descritiva; c) analisar intuitivamente os dados; d) preocupar-se com o processo e não só com os resultados e o produto; e) enfatizar o significado”. Nesse sentido, o método qualitativo foi de fundamental importância durante a coleta de dados, pois nos direcionou a ter contato direto com o ambiente da pesquisa e com os autores sociais que nos ajudaram nos processos da investigação.

Outro método utilizado foi o estudo de caso, que compreende uma forma de estudo amplo, profundo e detalhado de forma individual, que auxilia responder

inquirições que o explorador não tem domínio sobre o elemento que deseja estudar. Gil (1991, p. 58) afirma que:

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados.

O estudo de caso se baseia na intensificação da pesquisa, na qual o pesquisador utiliza desta para entender a soma total do caso ao qual está pesquisando, desta forma leva em consideração todas as informações descobertas ou levantadas. Este método de pesquisa também tem o propósito de descrever múltiplas relações dos fatores associados à investigação.

Os autores Ludke e André (1986, p.18-20 apud MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 276) reforçam algumas características que são essenciais no estudo de caso:

a) visar a descoberta; b) enfatizar a interpretação do contexto; c) retratar a realidade de forma ampla; d) vale-se de fontes diversas de informações; e) permitir substituições; f) representar diferentes pontos de vista em dada situação; g) usar linguagem simples.

O estudo de caso foi essencial durante a realização desta pesquisa, pois além de ser uma metodologia que reforça o investigador a fazer um estudo de interpretação de uma situação nos capacita a chegar as conclusões por quais motivos a unidade de ensino pesquisada se encontra fechada.

Como sabemos, para fechar uma escola é preciso observar o que estabelece a Lei nº 12.960/2014 (BRASIL, 2014) e verificar se realmente a decisão do poder público municipal foi efetivada pela manifestação da comunidade escolar e dos povos camponeses.

Assim, durante a investigação também foi utilizada a pesquisa documental (fontes primárias) que tem como alicerce o uso e levantamento de documentos referentes a arquivos municipais. Nesse sentido, a pesquisa documental permite acessar as fontes de informações necessárias para obter os dados da Escola Municipal São Sebastião, principalmente o Projeto Político-Pedagógico (PPP), o qual traz algumas informações de como esta unidade de ensino funcionava tanto no aspecto físico como pedagógico. Para Severino (2007, p. 122-123), na pesquisa documental

Tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais

como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

O autor reforça que a pesquisa documental é ampla e que não está apenas em documentos impressos, mas que existem outros tipos de documentos ricos em fonte de dados. Este tipo de pesquisa favorece ao investigador fazer uma observação mais direta dos tipos de documentos que ainda não passaram por um processo analítico, buscando desenvolver suas interpretações no momento das análises.

Já os dados fornecidos pelos colaboradores da pesquisa foram tratados com base na análise de conteúdo, os quais foram entendidos e interpretados conforme estava expresso na fala de cada entrevistado que contribuiu com informações necessárias para responder as questões do problema que estava sendo pesquisado. Para Bardin (1977), a análise de conteúdo constitui

Um conjunto de técnica de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Bardin caracteriza a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas que possibilita ao investigador a descrever cada conteúdo da entrevista, quer seja ela qualitativa ou quantitativa, além de exigir que todo pesquisador emita seu parecer sobre o que está sendo descrito nas mensagens.

## **3.2 Instrumentos utilizados para a coleta de dados**

### **3.2.1 Observação**

Durante a pesquisa, foi utilizada a observação como uma técnica de coleta de dados, a qual possibilita ao pesquisador ter contato diretamente com a realidade do ambiente que está pesquisando. A partir do momento em que o pesquisador vai ao encontro dos fatos ou fenômenos que almeja pesquisar, este é o ponto de partida para iniciar a investigação.

Lakatos e Marconi (1991, p.191) comentam que

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que

orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social.

Vimos que esta técnica ajudou-nos a ter um contato direto com a realidade do local da pesquisa, sendo a comunidade Ribeirão Grande II e o público que elegemos para conceder as entrevistas, pessoas que vivenciaram e sabem articular sobre este problema pesquisado. A observação nos possibilitou também fazer os registros das informações e presenciar os principais fenômenos que acontecem neste local, sendo um deles o deslocamento das crianças da comunidade para estudar em uma escola situada na área urbana.

### **3.2.2 Entrevistas**

Durante a caminhada de investigação, foram realizadas entrevistas, sendo este um instrumento fundamental para a coleta de dados já que possibilita ao pesquisador ir em busca de informações e opiniões que ajudam a compreender determinado assunto ou problema. Lakatos e Marconi (1991, p.195) destacam que:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Como podemos observar, a entrevista tem como função possibilitar uma conversa oral entre duas pessoas, sendo o entrevistador e o entrevistado, buscam respostas, informações que podem proporcionar resultados satisfatórios que possam ajudar a construir o diagnóstico necessário para o assunto em debate.

Desse modo, para compreensão melhor dos fatos que estavam sendo investigados foi utilizada a entrevista padronizada ou estruturada. Esta consiste em uma técnica que o pesquisador segue e apresenta um roteiro de perguntas predeterminadas e que são direcionadas aos entrevistados.

Lakatos e Marconi (1991, p.197) ressaltam que a entrevista padronizada ou estruturada

É aquela em que o entrevistado segue um roteiro de previamente estabelecido: as perguntas feitas ao indivíduo são pré-determinadas. Ela se

realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano.

Esta técnica auxilia no processo da investigação, pois é útil para coletar as informações necessárias relacionadas ao problema da pesquisa, que muitas das vezes as respostas que tanto procuramos não são possíveis de serem encontradas em documentos, mas sim por meio das entrevistas que são acompanhadas por um roteiro de perguntas essenciais para a conclusão de hipóteses.

Com a aplicação desse instrumento de geração de dados, coletamos informações verbais que foram importantes para compressão do processo e dos motivos do fechamento da unidade escolar pesquisada. Para tanto, foram entrevistados: 6 (seis) ex-professores, 6 (seis) ex-estudantes da unidade escolar, 6 (seis) pais dos alunos e a Secretária Municipal de Educação do município, totalizando 19 (dezenove) sujeitos. Durante as análises de dados utilizei nomes fictícios acompanhados de letras para representar os sujeitos da pesquisa e também para não comprometer e manter o anonimato dos entrevistados em relação ao sigilo de sua identidade.

### **3.3 Local da Pesquisa**

#### **3.3.1 Caracterização do município de Tocantinópolis-TO**

A cidade de Tocantinópolis-TO está situada no norte do Estado do Tocantins, em uma região conhecida como Bico do Papagaio, e possui 160 anos de emancipação, tendo uma população de aproximadamente 22.619 habitantes, de acordo com o último censo 2010 do IBGE. A área territorial do município é 1.077,073 km<sup>2</sup>.

Esse município é banhado por grandes babaçuais, cercadas por comunidades com seus ribeirões e suas paisagens naturais que fazem a diversão da população: curtir seus lazares. Trata-se de uma municipalidade bastante urbanizada, possuindo um número regular de lojas e comércios. A população vive do comércio local e do funcionalismo público. O município é bastante visitado durante os meses de junho, julho e no início de agosto, época em que a cidade se encontra em festividades para comemorar e desfrutar das belezas que este lugar oferece.

De acordo com o livro “Boa Vista do Padre João”, da autora Aldenora Alves Correia, Tocantinópolis teve seu início no ano 1818, com a chegada de dois

bandeirantes: Antônio Faustino e Venâncio. Ao observar que o município era banhado por babaçuais e por muitas madeiras e grandes pastagens, eles resolveram se instalar com suas famílias, batizando a localidade por nome de Boa Vista. Em 1825, chegou na cidade Pedro José Cipriano, oriundo da cidade Cameté no Pará, que foi “[...] foragido dos trabalhos forçados na abertura de um canal no baixo Tocantins. Tirava esmolas com a S.S. Trindade de quem era devoto, ao mesmo tempo explorava um lugar para se estabelecer” (CORREIA, 1977, p. 19). Chegou à cidade em progresso, e com uma rua já construída que tinha por nome: Rola Pilão, considerado um bom lugar para viver com oportunidade de crescer. Influenciado na decisão de estabelecer, fixou sua moradia nesta cidade e logo foi [...] “Providenciando no largo em frente ao rio, a construção de uma capelinha para sua devoção. Era a pedra fundamental da futura cidade” (CORREIA, 1977, p. 20).

Logo depois D. Apolônia se instalou na cidade com seus filhos, noras e genros, sendo que cada um foi construindo a sua casa própria, sendo que a mesma construiu uma rua nesta cidade que tinha por nome “O bairro dos Periquitos que atualmente está área se encontra o Colégio Estadual XV de novembro e o Colégio Dom Orione” (CORREIA, 1977).

Com a chegada D. Apolônia e sua família em Boa Vista, a mesma se destacava, pois, incentivava seus genros Mariano Ferreira e Manoel dos Santos a trabalhar e crescer na vida. Seu Genro Manoel dos Santos que na época exercia atividade de sapateiro e mestre-escola; tinha o saber de ensinar ler, escrever e contar e passava seu saber para as outras pessoas pelo gosto de ensinar, e não por interesse em ganhar algo em troca para transmitir este saber. O mesmo fundou uma escola, a qual foi um centro de luz para esta cidade com o objetivo de lecionar para as pessoas de ambos sexos e idades diferentes, sendo o primeiro professor e fundador da primeira escola na linda Boa-Vista (CORREIA, 1977).

No ano de 1840, instalou-se na cidade o missionário italiano Frei Francisco do Monte de São Vitor, um homem trabalhador e honesto, sendo conduzido por D. Pedro II com a intenção de “amansar” os índios Apinajé e pregar o catolicismo (CORREIA, 1977).

Portanto, foi a partir nesta época que a cidade começou a aglomerar tantos visitantes como moradores (habitantes) construindo “suas casas rústicas de teto e paredes feitas com palhas de palmeiras babaçu e as ruas arborizadas com

laranjeiras que davam beleza às ruas e aos quintais e protegiam do sol os transeuntes” (CORREIA, 1977, p. 21).

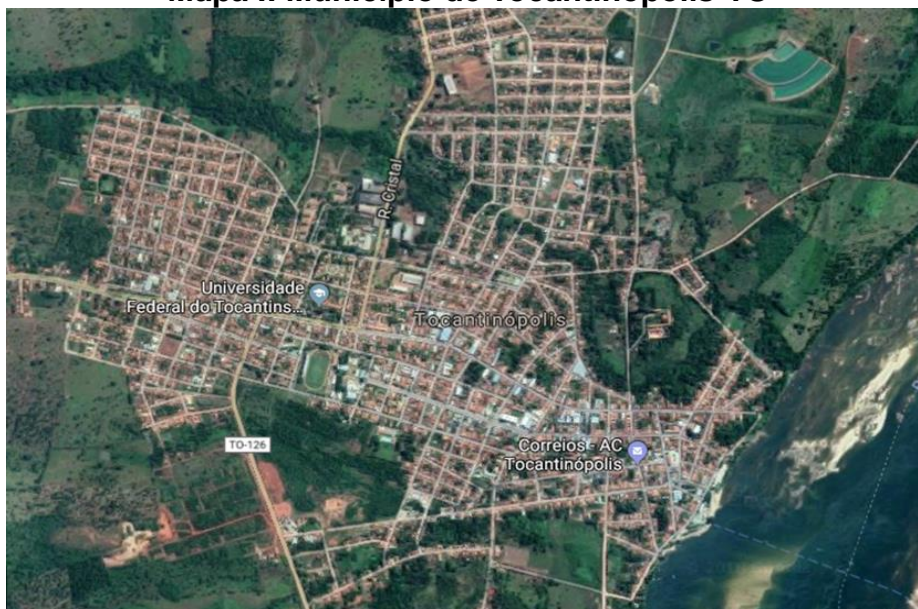
Pedro José Cipriano ganhou a fama na construção do nome da cidade devido ter construído uma capelinha para sua devoção, sendo uma pedra primordial para evolução da futura cidade, e também por se encantar com as belezas e com horizontes azuis sem fim nesta localidade, determinando que a cidade passava a se chamar “Boa-Vista do Tocantins”, tendo o seu distrito oficializado na resolução Provincial nº 14, de 31 de julho de 1852. Em 28 de julho de 1858, Boa-Vista do Tocantins foi elevada à categoria de cidade pela Lei Provincial nº 02, considerando-se como seu fundador o bravo e dedicado Pedro José Cipriano (CORREIA, 1977).

Em 1º de janeiro de 1943 entra em vigor a lei firmando a “Redivisão Territorial do Estado”, que antes se chamava “Boa-Vista do Tocantins” e teve o seu nome alterado para “Tocantinópolis”, com o objetivo de obedecer ao critério do Governo Federal que proibia no país topônimos iguais e compostos por dois ou mais elementos. A sugestão do nome oficial da cidade foi dada pelo Sr. Antônio Gomes Pereira (CORREIA, 1977).

Com o crescimento da cidade e com a fixação do nome da mesma, a população cresceu também e abre oportunidade para outros campos, como a educação. Hoje o município oferece educação aos seus habitantes nas esferas municipal e estadual. Cada escola atende uma modalidade de ensino diferente, sendo: Jardim I e II, Ensino Fundamental e Ensino Médio. As estaduais somam nove (09) escolas e, as municipais, são duas (02) creches, quatro (04) pré-escola, cinco (05) escolas do campo e três (03) escolas de ensino fundamental. Além disso, a cidade conta com um campus da Universidade Federal do Tocantins, que oferece cursos de graduação em Pedagogia, Ciências Sociais, Educação do Campo e Educação Física.

Mesmo com este número de unidades de ensino, que tem como objetivo oferecer a educação para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade, preparando seus cidadãos como seres pensantes para a sociedade, sabemos que ainda é muito preocupante o índice de analfabetismo na cidade.



**Mapa I: Município de Tocantinópolis-TO**

Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Tocantin%C3%B3polis+-+TO,+77900-000/@-6.3248458,-47.4315929,13m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x92da86eb49672d77:0xeadaaa65bfa0d9ec!8m2!3d-6.3258029!4d-47.4242064> Acesso em: 06 out. 2018

### **3.4 Dados da escola: caracterização da unidade de ensino pesquisada**

A Escola Municipal São Sebastião (recebeu esse nome em homenagem ao padroeiro e santo) teve sua criação instituída segundo a Lei nº 588, de 21 de novembro de 1984, como consta no Projeto Político-Pedagógico (PPP, 2008) da mesma. A Sua fundação fez-se necessária para servir à comunidade de Ribeirão Grande II, onde a prestação de serviços educacionais era requisitada. A instituição de ensino teve sua construção nas terras do Senhor Pedro Coelho Nonato<sup>1</sup>, que cedeu a área e o edifício para o funcionamento da escola, durante o mandato do então prefeito José Bonifácio Gomes de Sousa. Apesar desta benfeitoria do morador local, não existem documentos que constam esta doação.

No ano de 1976, a escola funcionava em uma sala que fazia parte da igreja da comunidade que os padres diocesanos da cidade de Tocantinópolis cederam para a população ser alfabetizada. Neste período os padres tomavam de conta da escola, depois a prefeitura de Tocantinópolis ficou responsável.

---

<sup>1</sup> Seu Pedro Coelho Nonato é conhecido pela comunidade por Pedro Isaias, nome este que é dado ao próprio povoado e um dos balneários da comunidade, devido o mesmo ser um dos primeiros moradores neste local.

Em 1993 iniciaram-se as atividades no prédio escolar, pois a escola teve como diretora de ensino a Senhora Cícera Pereira Nonato. Era mantido o funcionamento somente no período matutino e contava com turmas multisseriadas de 1ª (primeira) à 4ª (quarta) série do Ensino Fundamental.

Em 1998, a direção dessa unidade ensino passou para a Senhora Valdirene Gomes Pereira e a mesma contou com o apoio do professor Flávio Letúlio de Almeida. Agora a escola já era formada por 2 (duas) salas de aula e ofertava também a pré-escola. O quadro de funcionários aumentara para 2 (dois) professores, 1 (uma) merendeira e 1 (uma) zeladora.

Já no ano de 2000 a direção da escola é assumida pela Senhora Valdete Barroso da Silva e as atividades passam a ocorrer tanto no turno matutino quanto no turno vespertino. O quadro de funcionários passou a contar com 4 (quatro) professores, 2 (duas) merendeiras e 1 (uma) auxiliar de serviços gerais.

Em 2003, a direção passa para a Senhora Solange Conceição dos Reis, mas, em 2004, volta para a Senhora Valdete Barroso da Silva. O quadro de funcionários aumenta para 6 (seis) professores, 2 (duas) zeladoras, 2 (duas) merendeiras, 1 (uma) auxiliar de serviços gerais e uma diretora. Entre os anos de 2005 e 2009, a direção da escola permanece com a professora Vagna Ribeiro de Araújo.

Em 2010, a professora Silvana Santos Nascimento assume a direção da escola. O prédio já contava com duas salas de aula, uma secretaria e uma cozinha. O quadro de funcionários era composto por 5 (cinco) professores, 2 (duas) auxiliares de serviços gerais, 2 (duas) merendeiras e 1 (uma) diretora. Funcionavam no turno matutino 2 (duas) turmas de pré-escola e 1ª (primeira) série; já no turno vespertino funcionavam 3 (três) turmas, sendo 2ª (segunda), 3ª (terceira) e 4ª (quarta) séries, totalizando 51 (cinquenta e um) alunos matriculados.

Nota-se que, pela quantidade de anos e as turmas que possuiu, desde a época de sua criação, a Escola Municipal São Sebastião influenciou vários moradores da comunidade a ser alfabetizados, mesmo atendendo seus alunos em turmas multisseriadas. Observamos também que essa unidade escolar sempre possuiu um número expressivo de alunos matriculados, aliás, desde quando começou a funcionar. Vale ressaltar que, no início das atividades, a escola estava em um local inapropriado e o prédio não era bem estruturado.

### **3.4.1 Lócus da pesquisa**

A comunidade Ribeirão Grande II está localizada na área rural a aproximadamente 10 km de distância da sede do município de Tocantinópolis-TO. Esta localidade é banhada pelos povoados: Pedro Isaias, Chapadinha, Cobanco, Cai N'água, Aldeia divisa e Ceorta. A população local conta em torno de 450 pessoas. A comunidade é composta por pessoas de boa condição financeira, que são os grandes fazendeiros agropecuaristas criadores de gado, por pessoas de vulnerabilidade social, que vivem da quebra de coco babaçu. Pessoas que trabalham em fazendas como caseiros; há casas de palha, de telha. Em Ribeirão Grande II há uma Igreja católica, a qual tem como padroeiro São Sebastião, onde devotos desse santo comemoram suas festividades entre os dias 11 e 20 de janeiro. Esta comemoração festiva é aberta para a população urbana, que geralmente comparece para prestigiar esse momento. Essa comunidade é conhecida majoritariamente por possuir pontos turísticos, como balneários que fazem a diversão de pessoas da comunidade e da zona urbana que vêm nos finais de semana com a família para lazer.

**Mapa II:** Comunidade Ribeirão Grande II



Fonte: [www.google.com.br/maps/place/Tocantinópolis+-+TO,+77900-000/@-6.2795637,-47.4203929,2341m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x92da86eb49672d77:0xeadaaaa65bfa0d9ec!8m2!3d-6.3258029!4d-47.4242064](http://www.google.com.br/maps/place/Tocantinópolis+-+TO,+77900-000/@-6.2795637,-47.4203929,2341m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x92da86eb49672d77:0xeadaaaa65bfa0d9ec!8m2!3d-6.3258029!4d-47.4242064). Acesso em: 03 out. 2018.

## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS**

O primeiro subtópico abordado neste capítulo é intitulado apresentação, no qual expomos o percurso que foi trilhado para coletar os dados da pesquisa. No segundo subtópico, abordamos o processo de mudança da Escola Municipal São Sebastião do Povoado Pedro Isaias para o Povoado Chapadinha, mencionando como surgiu este processo de mudança de um prédio para outro de acordo com as falas dos sujeitos entrevistados. No quinto e último subtópico - A precarização da Educação na Comunidade - fazemos uma análise geral das falas dos entrevistados (ex-professores, ex-alunos, ex-diretores, pais (responsáveis) e a Secretária de Educação do município) a respeito do que ocasionou a desativação da escola na comunidade e tentando compreender por (quais) motivo (s) o ensino se tornou precário nesta escola pesquisada. Para a conclusão deste subtópico, apresentamos uma tabela com a quantidade de alunos que moram na comunidade Ribeirão Grande II e estudam na zona urbana, com a idade e as séries que estes estudantes estão inseridos.

### **4.1 Apresentação**

Nesta seção damos início as nossas análises dos dados da pesquisa, como foi colocado durante a metodologia, a técnica utilizada para a obtenção de dados para a realização deste estudo foi a entrevista. Foram realizadas entrevistas com ex-diretores, ex-professores, pais de ex-alunos e ex-alunos que tiveram ligação com a escola aqui tratada.

Prodanov e Freitas (2013, p. 106) dizem que a entrevista é “a obtenção de informações de um entrevistado sobre determinado assunto ou problema. A entrevista pode ser: padronizada ou estruturada [...], não padronizada ou não estruturada [...], painel [...]”, pois este instrumento utilizado foi de fundamental importância e nos possibilitou a chegar nas devidas conclusões do problema deste estudo. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas respeitando a linguagem de cada entrevistado no momento da fala.

Os sujeitos da pesquisa que foram escolhidos para obtenção das informações necessárias para andamento do estudo de acordo com o que foi proposto nesta

monografia aceitaram de forma voluntário, pois em nenhum momento os mesmos colocaram dificuldades em participar das entrevistas.

Durante essa trajetória de coleta de dados, realizamos um levantamento e selecionamos os principais sujeitos que pudessem contribuir para a nossa pesquisa, sendo: seis (06) ex-alunos que estudaram na unidade escolar pesquisada, com o propósito de obter informações a respeito de como o ensino funcionava na Escola Municipal São Sebastião, o trajeto que os mesmos enfrentavam antes para se deslocar até a escola do campo e como a situação de deslocamento se encontra atualmente para irem estudar na zona urbana, bem como a diferença de como era estudar no campo e agora na cidade. Também foram entrevistados seis (06) pais (responsáveis) que acompanham a educação de seus filhos, para coletar informações a respeito do deslocamento de seus filhos e as consequências do fechamento da unidade de ensino para a população da comunidade, e como era o desenvolvimento de seus filhos quando estudavam na escola do campo.

Consequentemente, para nos conceder informações de como esta unidade de ensino funcionava tanto no aspecto físico e pedagógico e como acontecia o processo de ensino e aprendizagem em turmas multisseriadas, foram entrevistados seis (06) ex-professores que lecionaram por alguns anos ali, além de três (03) ex-gestoras que trabalhavam na época e acompanharam o processo de transferência e fechamento da unidade de ensino.

Além desses sujeitos, foi entrevistada a Secretária de Educação do Município de Tocantinópolis com objetivo de coletar informações necessárias dos principais motivos que ocasionaram a transferência da unidade ensino e que logo em seguida houve o fechamento da referida escola.

Utilizamos roteiros de perguntas para cada um dos sujeitos escolhidos, com propósito do entrevistador e entrevistado não se perderem no momento do diálogo, mas sem que no andamento da conversação os mesmos não se prendiam em seguir as perguntas do roteiro, mas deixando este espaço como um momento de desabafo e reflexões; alguns dos entrevistados foram bem sucintos em suas repostas, alguns sentiram timidez em responder mas isso só ocorreu no início do diálogo, pois os mesmos não tiveram dúvidas no momento das perguntas.

Também realizamos um levantamento nas escolas da cidade de Tocantinópolis-TO com objetivo de buscar a quantidade de alunos que mora na comunidade Ribeirão Grande II e estuda na zona urbana e que precisa utilizar

transporte escolar como meio de deslocamento. As escolas pesquisadas foram: Escola Municipal Tancredo Neves, Escola Municipal Alto da Boa Vista II, Escola Estadual Pio XIX, Escola Paroquial Cristo Rei, Escola Estadual Girassol de Tempo Integral XV de Novembro, Escola Estadual Padre Giuliano Moretti, Colégio Estadual Professor José Carneiro de Brito, e Centro de Ensino Médio Girassol de Tempo Integral Darcy Marinho. No momento deste levantamento senti dificuldades em coletar esses dados, pois todos os secretários e diretores das escolas se encontravam ocupados em suas devidas funções, não dispondo de tempo suficiente para este atendimento. Entretanto, pedi a compreensão dos mesmos em me ajudar na busca de dados e que poderia ser em qualquer horário, não exigindo tempo determinado para me entregarem tal levantamento, pois com tal proposta consegui realizar esta investigação.

Salientamos que todo o caminho traçado como pesquisadora durante essa trajetória para obtenção dos dados coletados é apresentado nesta monografia de modo que todos os leitores possam compreender as reflexões explanadas durante este capítulo.

#### **4.2 Processo de mudança da Escola Municipal São Sebastião do Povoado Pedro Isaias para o Povoado Chapadinha**

Os anos foram se passando e a estrutura precária da escola não estava agradando aos professores, moradores e estudantes. Por isso, no ano de 2012 a Secretaria Municipal de Educação de Tocantinópolis, juntamente com sua equipe pedagógica, vê que a escola não tinha mais possibilidades de funcionar naquela local devido não ter uma estrutura apropriada para ser um ambiente escolar.

Em entrevistas realizadas com ex-professores, ex-diretores da escola, e secretaria de educação do município em questão, nota-se que elas possuem a mesma opinião sobre o porquê da mudança da Escola Municipal São Sebastião Povoado Pedro Isaias para Povoado Chapadinha. No geral, as gestoras declararam que a mudança ocorreu pelos seguintes motivos:

**Professor C:** *A Escola Municipal São Sebastião localizada no Povoado Pedro Isaias estava em local de propriedade privada no terreno de seu "Pedro Isaias", não tendo documento legalizado para o reconhecimento da escola, pois sabemos que "faça chuva ou faça sol cada macaco em seu galho", expressão cultural mesmo ("risos") e "tudo que não é em um lugar*

*próprio um dia pode ter um fim". E aí a prefeitura decidiu comprar um terreno no povoado Chapadinha e fazer a construção do novo prédio havendo essa transferência.*

**Secretaria A:** *A escola também estava situada em uma localidade inapropriada, não tendo infraestrutura para receber crianças e nem menos segurança adequada. A escola não era murada, tendo muita pedra ao redor da escola, não tinha espaço para as crianças brincar, tinha fazendas por perto com criação de gado e esses animais andavam por dentro do terreno da escola, e em frente a instituição de ensino tinha um ribeirão. Pois ao meu ver essa escola, que atendia criança do jardim I e II e a 1 série ao 5 ano, do ensino fundamental era totalmente perigoso e desconfortável.*

**Diretora A:** *O processo de transferência da escola São Sebastião Pedro Isaias foi iniciativa do poder público, pois o prédio da escola estava em propriedade privada e a secretaria de educação juntamente com o prefeito veio até o dono da propriedade perguntando se o mesmo vendia o terreno para dar uma reformada na escola, fazer muros, banheiros adaptados para as crianças, pois as crianças corriam risco de vida naquele local devido o ribeirão perto e outras coisas também. Pois aí o dono da propriedade disse que não dava e nem vendia e aí achou um local apropriado no Povoado da Chapadinha e construiu o prédio, mais se caso o dono da propriedade tivesse cedido a compra do local a escola iria continuar no mesmo local, pois fica bem no centro de toda a comunidade. Então, a Secretaria de Educação fez reunião com os pais falando os motivos da transferência do prédio para outra localidade.*

Ao observarmos as falas destes entrevistados, vimos que este prédio escolar tinha vários motivos de ser fechado e transferido, pois primeiramente, a escola estava em uma propriedade privada e sem nenhum tipo de documento legal que comprovasse que tal escola era reconhecida como um patrimônio da comunidade. Além desse motivo, as crianças que ali estudavam corriam risco de vida, pois a escola não tinha segurança suficiente para atender os alunos de Jardim I e II e 1º ano ao 4º ano devido não ser murada. Animais (bovinos) andavam dentro do terreno da escola, o local possuía muitas pedras e as crianças poderiam cair e se machucar, não havia espaço para fazer brincadeiras e outros eventos que a escola propusesse em realizar, à vista da escola há um ribeirão que passa a aproximadamente a 500 metros.

Vemos que realmente esta unidade de ensino não tinha condições de funcionar no referido local, pois quando se trata de educação o ambiente tende a ser aconchegante e bem estruturado, pois é o segundo espaço que as crianças passam a maior parte de suas vidas.

Todavia, para a transferência da unidade de ensino focalizada de um local para o outro foi realizada uma reunião com todos os funcionários da escola (professores, diretores, zeladora, merendeira) e a comunidade (alunos e seus

responsáveis), sendo que a referida reunião teria ocorrido em abril de 2012 para que Secretaria Municipal de Educação de Tocantinópolis pudesse explicar os principais motivos que levaram a escola ser transferida para outro lugar. Em relação à reunião, a Secretária Municipal de Educação e um dos pais de aluno que participaram da decisão afirmam:

**Secretaria A:** *Marcamos uma reunião imediatamente com toda a equipe que dirige essa escola e com os pais e alunos que estavam neste local, perguntando a eles se os mesmos aceitavam ocorrer uma transferência de uma escola para outra que a mesma ia mudar só de endereço e o nome ia continuar o mesmo onde abordamos os principais riscos que as crianças passam nessa escola, e que não adiantava reformar o prédio sem o lugar ser legalizado, pois tinha que estar em um lugar documentado.*

**Responsável A:** *Alguns pais de cada educando entraram em acordo apontando que seria melhor construir uma escola no local plano e apropriado e bem planejada, e com segurança para os nossos filhos estudarem. Outros não gostaram da ideia devido a escola ser construída no final da comunidade ser um lugar muito longe e o deslocamento seria a mesma distância da zona urbana. Pois só ficou os alunos estudando no atual prédio os alunos que morava lá na comunidade Chapadinha.*

Notamos que alguns (pais) responsáveis aceitaram a escola ser transferida para outra localidade, mesmo sendo mais longe sem estrada asfaltada, pois tinha um local seguro para os seus filhos estudarem. Outros já não gostaram da decisão tomada pelo poder público, devido à maioria dos alunos que estudava nessa escola do Pedro Isaias morar perto da escola e, com isso, os pais relatam que ficaria mais fácil seus filhos irem estudar na escola localizada na cidade do que na comunidade.

Observamos que o antigo prédio ainda existe no Povoado Pedro Isaias, sendo que está devidamente comprovado que não existe possibilidade dessa instituição de ensino ser reativada, como afirma um dos entrevistados: *“Essa escola foi fechada oficialmente e não existirá nem um tipo de possibilidade de retorno que seja reativada porque a mesma foi substituída por outra”* (Secretaria A). Como vimos, esta unidade de ensino está devidamente fechada neste local porque a mesma não tinha infraestrutura adequada a um ambiente de ensino e muito menos era registrada como um patrimônio do município.

Portanto, a escola foi transferida para outro prédio que fica no povoado “Chapadinha” da mesma comunidade, mas distante a 6 km (de estrada não asfaltada). O novo prédio foi construído no mandato do prefeito Fabion Gomes de Sousa, com o objetivo de proporcionar uma educação de qualidade para as crianças, sendo que a construção foi iniciada em 05 de julho de 2012 e ficou pronta



em janeiro de 2013. O funcionamento das atividades ocorreu um dia depois da mudança do material escolar, do antigo prédio da escola que ficava no povoado Pedro Isaías, para a Chapadinha, no dia 18 de fevereiro de 2013.

Durante a coleta de dados, um dos sujeitos da pesquisa menciona o momento em que a construção nova prédio escolar foi finalizada.

**Diretora B:** *Assim, quando o novo prédio da Escola Municipal Sebastião no povoado Chapadinha ficou pronto, a escola não foi inaugurada para a população da comunidade Ribeirão Grande II. A Secretária de Educação juntamente com o prefeito da época não apareceu no local, só mandaram um lanche e aí nós que trabalhávamos na escola na época recebemos e ajeitamos, para fazer o recebimento dos pais e dos alunos que iriam estudar ali para fazer a entrega dos uniformes e material didático que no outro dia seria aula normal.*

Após a finalização do novo prédio escolar para população Ribeirão Grande II – que atende os Povoados Pedro Isaías, Chapadinha, Cai'n Água, Cobanco, Ipepaconha e Ceorta, não teve uma inauguração para fazer a entrega do novo prédio para a comunidade local, pois tanto a Secretária de Educação do Município juntamente com o prefeito da época falharam neste aspecto, pois os mesmos tinham que estar presentes para realizar um debate explicando a conquista do prédio escolar em um local seguro e estruturado e legalizado como patrimônio local de toda a comunidade.

Consequentemente, um dos sujeitos da pesquisa no momento da entrevista relata que a escola funciona do seguinte modo:

**Diretora B:** *A escola da Chapadinha na época que ainda estava funcionando era com turmas multisseriadas, onde atendia a Educação Infantil I e II, e Ensino Fundamental do 1º ano ao 5º ano, mas funcionava somente no período matutino, com atendimento de 20 alunos. O quadro de funcionários era composto por: uma (01) diretora, uma (01) professora, (01) uma auxiliar de serviços gerais, uma (01) merendeira.*

Ao verificar esta fala da entrevistada explicando a forma de organização estrutural deste novo prédio instalado na comunidade, isso nos fez remeter a uma das características que o autor Oliveira (2013, p. 200) diz a respeito da escola rural:

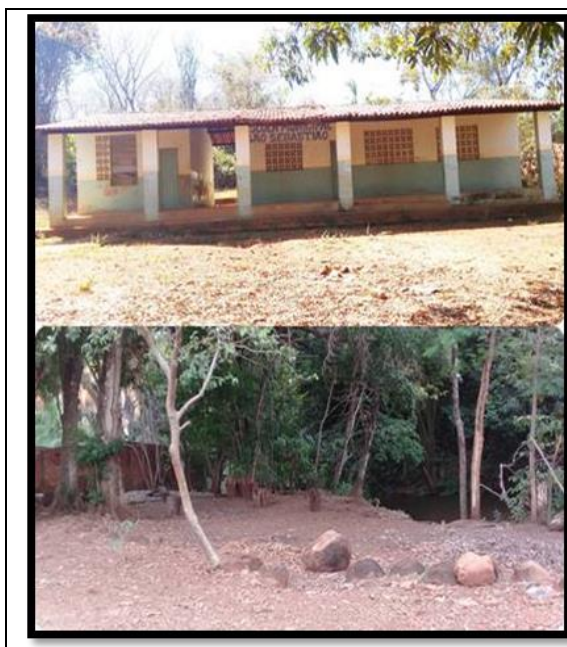
Os estabelecimentos são, em sua grande maioria, de pequeno porte, ao se considerar o número de alunos atendidos. Aproximadamente a metade dessas escolas tem apenas uma sala de aula e oferecem, exclusivamente, o ensino fundamental do 1º ao 5º ano. Estas salas são chamadas de classes multisseriadas, onde a professora, sozinha assume o ensino dos cinco primeiros anos.

Como descreve o autor e também pode ser observado na fala do entrevistado, esse padrão de escola é muito frequente em áreas rurais, pois a maioria dessas unidades de ensino são construídas nesse modelo.

Ao realizar a busca de dados tivemos a oportunidade de conhecer as instalações do novo prédio (no povoado Chapadinha), pois observamos que a localidade escolhida foi um terreno plano, apropriado para estabelecer um ambiente de ensino para a comunidade e para as crianças que ali iam estudar, possuindo agora: uma (01) sala de aula, uma (01) secretaria, uma (01) cantina, dois (02) banheiros adaptados para as crianças, um parque de diversão para as crianças brincarem em seus momentos de recreios, terreno murado e possui portões de acesso. Mas o curioso é ver que, apesar de existir muitos alunos na comunidade, só há uma sala de aula nesse novo prédio escola. Daí, como atender a demanda local?

Segundo os PPP de (2008 e 2013), a Escola Municipal São Sebastião contava com recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do suprimento de fundos fornecidos anualmente pelo Ministério da Educação (MEC). A maioria dos alunos que estudava nesta unidade escolar é oriunda da própria comunidade. Seguem duas fotos dos prédios (antigo e novo) da instituição de ensino.

**Figura 1 – Antigo Prédio da Escola Municipal São Sebastião Pov. Pedro Isaias**



Fonte: Pesquisa da Autora (2018).

**Figura 2 – Novo Prédio da Escola Municipal São Sebastião Pov. Chapadinha**



Fonte: Pesquisa da Autora (2018).

A Figura I mostra o antigo prédio da Escola Municipal São Sebastião, localizado no Povoado Pedro Isaias, que teve o período de funcionamento do ano de 1993 a 2012. A Figura II traz o novo prédio da Escola Municipal São Sebastião, localizado Povoado Chapadinha, com o período de funcionamento do ano de 2013 a 2015.

### **4.3 A Precarização da Educação na Comunidade e fechamento da Escola Municipal São Sebastião**

Com a perspectiva de fortalecer e consolidar o aparato legal que normatiza a Educação do Campo em nosso país, no dia 4 de novembro de 2010, o presidente Lula assinou o Decreto nº 7.352 (BRASIL, 2010), que dispõe sobre a política de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, programa esse que, apesar de toda sua significância e abrangência no cenário nacional, vem sofrendo muitas restrições por parte dos setores públicos responsáveis por fiscalizar as contas da União.

Desse modo, o decreto vem assegurar que:

[...] a Educação do Campo deve se concretizar “mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo” (§ 4º).

Nesse sentido, o documento em questão traz uma abordagem em que a Educação do Campo deve ser considerada conforme suas especificidades, garantindo infraestrutura, laboratórios dentre outros aspectos que possam oferecer uma educação de qualidades para os camponeses.

No entanto, como somos sabedores da nossa realidade educacional, notamos que a educação nem sempre foi oferecida dispondo de todos esses recursos previstos pelo Decreto nº 7.352 (BRASIL, 2010). Brasil a fora, esse tem sido um dos motivos que levam os pais de alunos a optar pela escola da zona urbana. Devido a essa precarização que atinge não só a questão de infraestrutura, mas também a própria formação dos professores que infelizmente ainda é muito deficiente, constatamos que não depende só de um mecanismo, mas de vários fatores que

contribuem para essa precarização da educação no meio rural do Brasil. Por mais que se tenha ganhado espaço e notoriedade nos últimos anos, ainda temos muito que avançar no que diz respeito a essa educação que convenhamos, é muito importante, visto que somos um país agrícola.

Essa discussão sobre a educação para os povos do campo nos remete ao nosso objeto de estudo, a Escola Municipal São Sebastião. Por volta do ano de 1984, a comunidade Ribeirão Grande II já possuía uma escola de primeiras letras cujo propósito era alfabetizar todos os moradores, tanto adultos, jovens e crianças. Atualmente, alguns estão formados, outros concluindo sua graduação, outros sem formação, mas todos moradores desta localidade iniciaram seus primeiros estudos nesta instituição cursando todas as séries que a escola atendia e, logo depois, tiveram que ir para a zona urbana concluir seus estudos.

O prédio da Escola Municipal São Sebastião do Pedro Isaias, durante sua funcionalidade, serviu à população por 28 anos, mas em um local inapropriado. Apesar deste motivo, a escola tinha vantagens, pois possuía duas salas de aula e funcionava no turno matutino e vespertino, a quantidade de alunos era suficiente para a escola funcionar e o número de professores era também satisfatório para atender os alunos em turmas multisseriadas.

Já na época de transferência da escola para a comunidade Chapadinha em 2012, apesar de ter sido construído um novo prédio com infraestrutura melhor, surgiram algumas desvantagens para a comunidade, pois a escola passou a dispor de apenas (01) uma sala de aula, o que foi insuficiente para atender a demanda do número de alunos da comunidade. Com isso, iniciou-se a precarização do ensino na comunidade, pois a Secretaria de Educação do município de Tocantinópolis-TO tão pouco estava preocupada em construir um prédio amplo com objetivo de proporcionar uma educação de qualidade para a população da comunidade Ribeirão Grande II. A gestão do município estava preocupada apenas em mudar o prédio escolar de uma localidade para outra alegando a necessidade de legalizar o prédio da escola e melhorar a segurança e o lazer das crianças.

Todavia para sabermos como era esta unidade de ensino funcionava tanto no seu aspecto pedagógico e como se deu todo esse processo percorrido o qual levou à desativação desta instituição, realizamos entrevistas com ex-diretores ex-professores ex-alunos e responsáveis (pais) para obtermos informações a fim de explorarmos e debatermos os fatos.

As entrevistas foram realizadas com alguns pais (responsáveis) que acompanharam todo o desenvolvimento de seus filhos durante o percurso de quando a instituição de ensino estava ativa na comunidade e que logo depois foi desativada na comunidade. As primeiras perguntas dirigidas aos mesmos foram: Em sua opinião, o que vocês acham de seus filhos estudarem na escola da cidade? Mesmo tendo uma Escola no campo, mas a mesma está desativada, caso essa escola fosse aberta vocês matriculariam seus filhos nesta escola? Sim ou não? Justifique sua resposta.

**Responsável B:** *Eu como mãe não matricularia novamente os meus filhos na Escola São Sebastião, pois sempre acompanhei eles nesta escola do Pedro Isaías quando estava funcionando, não aprendia nada, não tinha rendimento; a sua aprendizagem não estava muito boa e aí logo eu tirei os meninos desta escola e levei para a cidade porque eu ficava triste vendo os meus filhos não serem inteligentes, não sabiam ler nem escrever direito e queria o melhor para eles.*

**Responsável C:** *penso assim: se caso a escola fosse toda estruturada no aspecto dos quadros de professores, havendo organização com o ensino para valer a pena. [...] Eu passei a colocar eles para estudarem na cidade porque eu e meu esposo não gostei do ensinamento da escola São Sebastião, pois o meu filho mais velho não teve desenvolvimento nenhum, só que nós deixamos ele nessa escola estudar as séries tudinho mesmo não sabendo de nada até o 4º ano. Aí depois que colocamos para a cidade.*

**Responsável D:** *[...] A escola da Chapadinha fosse ativada eu matricularia meu filho novamente porque fica mais fácil da gente ficar acompanhando. E já na cidade tem as horas da gente ir por causa do coletivo que passa só um horário o deslocamento que é difícil e não pode ir todos os dias e ainda fica mais difícil porque a gente não tem bicicleta, moto e nem carro aí fica difícil de ir lá na escola da cidade.*

**Responsável E:** *Eu matricularia porque é melhor ficar mais perto de casa e até a preocupação é menos, pois ele e especial tem problemas para aprender e o processo dele é muito lento pois aqui a professora e a diretora me ajudavam no desenvolvimento de aprendizagem do meu filho e eu acho que nessa escola era melhor.*

Muitos desses pais não matriculariam seus filhos na escola aqui focalizada e outros pais já matriculariam. Os que falaram que não matriculariam destacaram que a escola não tinha um ensino de qualidade e que seus filhos tiveram muita dificuldade em acompanhar os outros alunos quando foram para a escola da cidade. Curiosamente, o único motivo citado pelos pais que disseram que matriculariam seus filhos na escola da comunidade é a distância, porque fica mais fácil acompanhar seus filhos em suas atividades e em seus aprendizados em uma escola da comunidade do que em uma escola da cidade, ainda que o ensino da escola da comunidade não seja de boa qualidade.

Sabemos que as escolas localizadas nas áreas rurais funcionam com turmas multisseriadas, pois é uma forma de organização de ensino destas escolas, passando “[...] a ser conhecida como multisseriada para caracterizar um modelo de escola do campo que reúne em um mesmo espaço um conjunto de séries do ensino fundamental” (BRASIL, 2009, p. 23). Este modelo se adaptou devido alguns lugares possuem um número muito pequeno de alunos, pois dentro desta organização de ensino um só único professor trabalha com várias séries do Ensino Fundamental.

Sabemos que as escolas localizadas nas áreas rurais funcionam com turmas multisseriadas, pois é uma forma de organização de ensino destas escolas, passando “[...] a ser conhecida como multisseriada para caracterizar um modelo de escola do campo que reúne em um mesmo espaço um conjunto de séries do ensino fundamental” (BRASIL, 2009, p. 23). Este modelo se adaptou devido alguns lugares possuem um número muito pequeno de alunos, pois dentro desta organização de ensino um único professor trabalha com várias séries do Ensino Fundamental.

A Escola Municipal São Sebastião proporcionava um ensino multisseriado e, para sabermos melhor como esta organização de ensino funcionava, foram dirigidas algumas perguntas aos professores que lecionavam nesta escola, como:

*A Escola Municipal São Sebastião funcionava com salas multisseriadas? Como você se sentia sendo professor(a) de uma turma multisseriada?* Os entrevistados responderam o seguinte:

**Professora A:** *Sim. Não era fácil, pois demandava um esforço dobrado devido aos níveis de idade e maturidade de cada criança, então sobrecarrega é a palavra.*

**Professora C:** *No início tive um pouco de dificuldades, depois fui me adaptando com essa realidade de turma de multisseriada.*

**Professor F:** *Na verdade só tinha 1 sala na época para atender essa clientela (Multisseriada ) nossa gostei bastante, foi uma das experiências e desafio que aprendi bastante*

**Professor G:** *Por esta iniciando minha carreira profissional, era uma frustração muito grande pois, em nenhum momento da minha formação de magistério fui orientada em como atuar numa turma multisseriada e já cursando o curso de pedagogia também em nenhum momento foi abordado ao assunto e, não houve orientação ao trabalho com turmas multisseriadas. Quanto ao suporte vindo da secretaria municipal também não houve nenhuma orientação, éramos sozinhos fazendo um trabalho achando que estava acertando e por muitas vezes tive que procurar apoio a outras pessoas de fora do âmbito municipal para fazer o trabalho acontecer.*

*Como conseguia organizar as suas atividades de ensino?*

**Professor A:** Organizava de acordo com o desenvolvimento de cada criança e não por série, pois tinha crianças que estavam em uma série avançada e não tinha as habilidades necessárias e outras que estavam em uma série menor que já tinha conhecimento e habilidades satisfatórias, procura dividir a rotina em três momentos: 1º atividade específica para determinados alunos, no 2º atividade para o outro grupo e no 3º elaborava atividades em que todos pudessem compartilhar e aprender juntos.

**Professor B:** Trabalhava com uma metodologia fazendo com que todos os alunos possam trabalhar com as mesmas atividades, costumava trabalhar dividindo os alunos em grupos pequenos para que pudessem focalizar a aprendizagem específica e através de produções de textos individuais, por ex: trabalho de leitura e escrita.

**Professor C:** Eu sempre colocava os alunos para trabalhar em grupo. [...] apliquei até um modelo para a [...] disciplina de matemática com conta de dividir, multiplicar, somar e diminuir sem os alunos saberem a tabuada e funcionou bastante. Até me surpreendi com o resultado. [...]

**Professor E:** Eu organizava as atividades por turmas, eu trabalhava muito com meus alunos em grupo; atividades Extra Classes; focava muito na leitura e na interpretação de texto; fazia momento de oralidade de desenvolver a fala; desenvolver o conhecimento linguístico; eu fazia com todos juntos; a cada dia iniciava o trabalho com uma história diferente.

**Professor G:** As atividades eram realizadas, porém em alguns momentos deixava a desejar, pois o suporte de material pedagógico era escasso, a escola funcionava de forma precária, faltava na maior parte os recursos didáticos pedagógicos, sendo na maioria das vezes que comprar com o próprio dinheiro materiais para complementar o fazer pedagógico. O professor de turmas multisseriadas direcionava o trabalho por turma, ou seja, cada turma a sua atividade específica da turma, primeiro orientava a atividades dos alunos 3ª série, depois as atividades da 4ª série e depois as atividades da 5ª série. Raramente acontecia atividades interdisciplinar com todos os alunos.

Você acha que esse modelo de turmas juntas dava para suprir a aprendizagem de cada aluno?

**Professor A:** Apesar dos esforços, acredito que boa parte dos meus alunos conseguiram se desenvolver bem, pelo menos no básico que foi a alfabetização.

**Professor C:** E melhor eram o trabalho de campo nos fazia o croquir do aluno até a escola e da escola até o aluno. Nas aulas de campo os alunos se desenvolvia mais rápido devido levar eles para conhecer a cultura da terra apresentando as frutas nativas da localidade ex: Goiaba, laranja e assim o aluno além de aprender a escrever o nome conhecia a fruta eu sempre trabalhava com aulas práticas e teóricas.

**Professor F:** Dava sim, pois eu fazia o plano semanal bem organizado para a clientela atendida que era crianças dóceis e que queria aprender estavam sempre dispostos com certeza dava para desenvolver as habilidades bem, porque a turma era pequena, tinha aprendizagem conseguir alfabetizar todos. Onde há responsabilidade e amor no que você faz, você colherá grandes frutos e vai alcançar sucesso em sua vida profissional.

Como mostram esses trechos das entrevistas, o que deixava os professores com um pouco de dificuldade era o fato de normalmente as turmas serem multisseriadas, ou seja, na mesma sala e sob a responsabilidade de um único professor, funcionavam turmas com mais de uma série e com alunos de idades bastante variadas. O maior desafio citado pelos professores era organizar essa turma de forma que eles dessem conta de trabalhar os conteúdos e habilidades que cada aluno precisava. Era um trabalho em dobro, sendo que o professor tinha que planejar, elaborar várias atividades, pensar a didática para trabalhar com duas séries ou em mais de uma sala de aula, tentando fazer com que o aluno se envolvesse só no conteúdo da série que os mesmos estivessem cursando, não fazendo confundir a mente das crianças.

Desse modo, ficou evidente que para um professor não é uma tarefa fácil trabalhar com sala multisseriada, tendo em vista que além do fato de estarem em séries diferentes, tem também a questão das idades, o que dificulta ainda mais o trabalho docente, pois deve ser planejada não somente uma aula, mas várias sendo que cada uma com um direcionamento diferente. Isso mostra, portanto, a necessidade desse profissional da educação ser mais valorizado, visto que a sobrecarga de atividades são maiores do que a de um professor de uma sala normal, isto é, não multisseriada.

Como mostram esses trechos das entrevistas, o que deixava os professores com um pouco de dificuldade era o fato de normalmente as turmas serem multisseriadas, ou seja, na mesma sala e sobre a responsabilidade de um único professor, funcionavam mais de uma série com alunos de idades bastante variadas. O maior desafio citado pelos professores era organizar essa turma de forma que eles dessem conta de trabalhar os conteúdos e habilidades que cada aluno que precisava. Era um trabalho em dobro, sendo que o professor tinha que planejar, elaborar várias atividades, pensar a didática para trabalhar com duas séries ou em mais de uma sala de aula, tentando fazer com que o aluno se envolvesse só no conteúdo da série que os mesmos estivessem cursando, não fazendo confundir a mente das crianças.

Sabemos que existem diversos fatores no que se refere à precarização do ensino, pois podemos ressaltar dentre esses o afastamento dos alunos do seu meio social, o que atinge a sua cultura, fator este que está envolvido na educação do



estudante daquela determinada instituição de ensino. Devido a isso, o fechamento da escola em questão foi algo que prejudicou não somente os alunos como também as famílias, tendo em vista que tais atores sociais são participativos no que tange a educação, pois buscaram melhorias para seus filhos transferindo-os para escolas da zona urbana. Contudo, a escola da cidade não contempla as reais necessidades de formação que espera para os camponeses, além de não valorizar sua cultura e seus saberes.

Para o fechamento de uma escola do campo, é necessário observar o disposto na Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014, a qual estabelece critérios para o fechamento, como bem explica o trecho abaixo:

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (BRASIL, 2014)

Dessa forma, para fechar uma escola do campo (rural), indígena ou quilombola, será necessária a autorização do órgão normativo do respectivo sistema (Conselho municipal ou estadual da educação), a depender da rede a qual pertence a escola a ser fechada, e se o município conta ou não com lei de instituição de sistema próprio.

A nosso ver, onde haja conselho local, independentemente de ser ou não organizado como sistema autônomo, esse órgão deve ser consultado e sua decisão notificada à Secretaria Estadual de Educação e ao Conselho Estadual de Educação.

Considerando a desativação da escola pesquisada, necessitamos entender qual era a concepção dos ex-professores e ex-diretores em relação às vantagens, desvantagens, perdas e ganhos no momento em que se desativa uma escola do campo. Para tanto, direcionando aos mesmos a primeira pergunta:

*Na sua concepção, quais são as vantagens e as desvantagens de os alunos do campo estudar na escola da zona urbana?*

E responderam o seguinte:

**Diretora A:** *Eu acredito que só existem desvantagens, pois dificilmente os alunos que residem na zona rural não irão ouvir falar de suas culturas na escola urbana e outra mesmo tendo o transporte escolar mais os mesmos saem de casa muito cedo e passa horas percorrendo na cidade para chegar a sua escola, muitas das vezes chegam atrasados e já cansados desse trajeto.*

**Diretora B:** *A vantagem é que na cidade as coisas são mais elevadas e mais organizadas, cada aluno tem sua série e sua sala para estudar. As desvantagens é o deslocamento dessas crianças muito longe e cansativo o distanciamento dos pais na escola pois não tem como acompanhar o seu filho. [...] os pais mandam os seus filhos para irem estudar ficam e aprontando barbaridades na escola e isso tudo é desvantagem que traz para a comunidade.*

**Diretora C:** *As desvantagens é que o aluno do campo ao ir estar na zona urbana, ele deixa de fazer essa correlação entre o contexto escolar e a sua vivência do seu espaço cotidiano, afastando-o do seu “mundo”, ou seja, diminuindo assim, o elo existente entre o aluno e o ambiente natural onde vive, o campo. As vantagens é que nas escolas da zona urbana, o aluno do campo, estariam em contato com uma outra realidade, com um maior acesso a informações e acesso à internet. Ou seja, estariam mais próximos do mundo moderno.*

As ex-diretoras citam muito mais desvantagens do que vantagens. Mas uma das vantagens citadas certamente beneficia bastante os alunos, que é a estrutura mais avançada, com essa estrutura os alunos têm a oportunidade de ter acesso a informações (internet, por exemplo) que na zona rural talvez não tivesse.

As maiores vantagens, segundo os diretores, de se ter uma escola na comunidade é que dessa forma sua cultura não será perdida, as crianças menores não ficariam de fora da escola por ser longe, teria pouca evasão e as crianças conviveriam com pessoas que elas conhecem, facilitando assim todo o processo.

Dando sequência, foi feita para os professores a segunda pergunta:

*Em sua opinião, você acha que existem perdas e ganhos em decorrência do fechamento desta escola na comunidade? Quais?*

Assim, responderam que:

**Diretora B:** *Para a população da comunidade só foi perdas porque as crianças deixaram de estudar na escola da comunidade e foram para cidade vivendo esse vai e vem todos os dias com um trajeto muito cansativo e difícil, às vezes o coletivo quebra na rua e os meninos chega é de noite.*

**Diretora C:** *Acredito que de certa forma tem mais perdas, principalmente para a comunidade local, como por exemplo: Deslocamento de crianças e adolescentes para a cidade; Trajetória até a escola, marcada por viagens, às vezes arriscadas em estradas e veículos malconservados; Alunos com poucas horas de sono, devido acordarem mais cedo para se deslocarem, o que resulta em um cansaço maior; E sem escola perto de casa o aluno tende a abandonar os estudos mais cedo, ficando assim em desvantagens de oportunidades tanto no campo e na cidade.*

**Professora A:** *Somente perdas, haja visto que muitos profissionais perderam seus empregos outros tiveram que se deslocarem do campo para a cidade numa rotina diária cansativa devido à distância do local de trabalho, as crianças foram as que mais perdem com isso pois as dificuldades de locomoção que são muitas, transporte há, mas às vezes quebra ou há problemas com pagamento e o motorista se recusa a fazer a*

*rota... Crianças entre 3 e 5 anos ficam fora da escola porque os pais não se arriscam em mandar no ônibus devido à pouca idade, em suma muitas perdas e nenhum ganho.*

**Professora B:** *Acho que existe uma perda enorme, pois apesar da época ter fechado por ter pouco aluno, mas tinha a escola e era próximo as residências nos alunos, e também eram crianças, e tinha esse direito. A escola que eles foram na época era muito longe de sua comunidade passaram acordar muito cedo para poder pegar o coletivo para vim para a cidade estudar.*

**Professora G:** *Acredito que só perdas. - Ausência de uma instituição de ensino na comunidade - Evasão Escolar -Difícil acesso dos alunos à comunidade - Isolamento social da comunidade.*

Em relação à questão sobre ganhos e perdas acerca do fechamento das escolas rurais, percebemos nas falas dos entrevistados que eles acreditam haver muito mais perdas do que ganhos. A maior perda citada é a perda da identidade camponesa que as crianças têm ao frequentar uma escola na zona urbana, pois os professores dessas escolas quase não trabalham com conteúdos voltados para a realidade da zona rural, prevalecendo a cultura urbana.

Nesse contexto, podemos perceber que também foram citadas outras perdas, como o fato de que as crianças chegam em casa exaustas, pois são poucas horas para descansar, o que atrapalha de maneira significativa no seu rendimento escolar. Como já estavam habituadas a estudar perto de casa, isso fez com que também houvesse todo um processo de adaptação para essa nova realidade, ou seja, de estudarem na cidade.

Os alunos que antes estudavam na Escola Municipal São Sebastião e que atualmente estudam na zona urbana hoje criticam a infraestrutura da escola do campo e a qualidade do ensino no campo. Na verdade, isso é consequência das ações do município que precarizaram a escola, construindo apenas uma sala de aula para acolher alunos de diferentes séries em um único turno. Como a escola seria capaz de atender a todos os alunos da comunidade com apenas uma sala de aula, mesmo funcionando em turmas multisseriados e em um único turno? E de forma ilegal e sem infraestrutura?

Com relação a isso, ao observar esses alunos como atuais alunos de escolas da zona urbana foi realizada uma entrevista com os mesmos com a seguinte pergunta: *Na sua opinião, quando você estudava na Escola São Sebastião o ensino era o mesmo da escola que você estuda atualmente?*

**Aluno A:** *Quando eu estudei nessa escola da comunidade eu não aprendia, era nada, só ia era para brincar mesmo, banhar no ribeirão, e aí eu acho o ensino melhor o da cidade porque tem aula de computação outras coisas melhores para aprender, têm muita gente diferente, tenho um monte de amigos lá, tem quadra de jogar bola. Muita coisa boa mesmo.*

**Aluno C:** *O Ensino era totalmente diferente como na escola que estudo atualmente, pois na época que estudava na escola da comunidade dava para perceber que os professores não se preocupavam com aprendizagem dos alunos de mudar a maneira de ensinar procurando outra forma, e já hoje na cidade vejo que eu aprendi muito me desenvolvi melhor então não tem comparação igual.*

**Aluno D:** *Não. O ensino da escola daqui da “comunidade” nem chega os pés da escola que estudo agora é muito mais avançado.*

**Aluno E:** *Lógico que nem se compara com o ensino que tinha na escola da comunidade, porque era uma aula para os alunos tudinho, eu acho que era da 1ª série até o 5ª, não aprendia, era nadinha, era tudo bagunçado, só em uma sala esses alunos tudim para estudar.*

**Aluno F:** *Quando eu estudava lá na escola no Pedro Isaias era mais desenvolvido aí depois que veio para Chapadinha aqui ficou só uma professora e a única que tinha era a mais ignorante a gente nem podia fazer uma pergunta que já era praticamente brigando com a gente agarrava no braço da gente e faltava arrancar. A professora daqui morava na cidade. Na escola do Pedro Isaias tinha muito aluno e mais professores a escola não tinha estrutura boa mais tinha duas salas grandes. Agora se da escola da mudasse mais um pouco viesse professores bons mesmo e tinha que se separarem as series seria bem melhor se fosse assim.*

A maioria desses alunos disse que preferem estudar na cidade porque o ensino de lá é mais avançado do que o da comunidade e lá eles têm professores melhores. Alguns alunos citam o descaso dos professores com relação ao aprendizado dos alunos, eles falam que os professores da comunidade não se preocupavam se eles aprendiam ou não e que, às vezes, os professores eram bastante ignorantes e não queriam responder as perguntas que eles faziam na sala de aula, por isso preferem estudar na escola da cidade, porque lá os professores se interessam pelo aprendizado deles e lá eles aprendem mais.

Sobre isso, Santos e Júnior (2018, p. 4) afirmam que as escolas do campo

[...] deixam muito a desejar, mas isso se dá devido à falta de compromisso de alguns professores. E na maioria das vezes acontece por conta da certas Secretarias de Educação, que para cortar gastos acabam por enviar a esses locais de trabalho pessoas desqualificadas. Sabendo os responsáveis legais por esses setores que, as escolas do campo precisam de professores experientes e que realmente querem fazer a diferença.

Podemos perceber que a Educação no Campo sempre foi desvalorizada, pois para diminuir os gastos as secretarias de educação dos municípios colocam pessoas desqualificadas que, em alguns casos, não têm compromisso de construir um

espaço valorizado que seu trabalho seja reconhecido pela escola e o seu público. Os próprios alunos desqualificam a escola existente em sua comunidade, devido não ser organizada da forma que os alunos e os seus responsáveis acham que é melhor para aprender, já que que o ensino da cidade nem chega aos “pés desta escola da comunidade” (Aluno D).

Afirmamos que, na realidade, o principal motivo que ocasionou a desativação do novo prédio da Escola Municipal São Sebastião que fica localizado no Povoado Chapadinha foi devido a forma que o ensino estava estruturado nesta instituição, pois em uma única sala estudavam alunos do Jardim I e II e 1º ano ao 5º ano. Evidentemente, a gestão municipal foi responsável por essa situação do funcionamento da escola. Com isso, muitos pais ao acompanharem o desenvolvimento dos seus filhos e não vendo aprendizagem, decidiram colocá-los para estudar na escola da zona urbana.

**Responsável A:** *Essa escola foi fechada por falta de aluno os pais resolveram matricular seus filhos para estudarem na cidade. Como a escola funcionava com turmas de multisseriadas do Jardim I e II e alunos do 1 ao 5 ano com essas turmas tudo juntas em uma única sala, funcionando em um único período, os pais diziam que bagunçava muito a mente dessas crianças e não aprendia nada.*

Como mostra esse excerto, os próprios pais (responsáveis) viram a precarização da escola existente em sua comunidade, pois perceberam a falta de compromisso da Secretaria de Educação e não proporcionar um ensino de qualidade, colocando também pessoas desqualificadas que não queriam fazer a diferença como alguns professores. Com isso, cada responsável começa a colocar na mente que o ensino melhor vem da cidade, que lá sim, tem professores qualificados e competentes e só assim os seus filhos terão melhor desempenho em todas as atividades escolares.

Ainda sobre o fechamento de escolas rurais, Santos e Júnior (2018, p. 4) afirmam que:

Em consequência da ausência de professores, alunos e materiais pedagógicos necessários ao atendimento dessas escolas, só tem reforçado desde o surgimento até os dias atuais a ideia de que para estudar é melhor ir para a cidade, deixando assim uma enorme lacuna na Educação do campo.

Sabemos que a estrutura de uma escola do campo funciona com turmas multisseriadas devido o número de estudantes na zona rural ser muito pouco, chegando no máximo entre 10 a 20 alunos. Pois quando a Secretaria de Educação do município de Tocantinópolis entrou em acordo com a comunidade com a proposta de construir outro prédio, com estruturada de uma escola apta para receber alunos e proporcionar um ensino de qualidade, os mesmos não arquitetaram em construir duas (ou mais) salas de aulas como existiam no antigo prédio escolar, passando a disponibilizar apenas uma única sala para suportar alunos com idades e séries e com grau de desenvolvimento diferente. Depreende-se que o fato de o município construir apenas uma sala de aula era precarizar o ensino na comunidade, ocasionando o fechamento da escola.

Algum sujeito da pesquisa menciona no momento de sua entrevista que o fechamento desta escola veio não só por decisões dos pais, mas que a Secretaria de Educação do município começou a perceber a partir no momento que os pais estavam decidindo transferir seus filhos para a zona urbana e chegou-se à conclusão que a escola não tinha condições de funcionar com uma única sala de aula, com crianças e níveis de conhecimento diferentes em uma única sala.

**Diretora A:** *Venho dizer que o motivo do fechamento desta escola foi justamente a Secretaria de Educação do município com alguns pais de alunos decidiram mudar a metade desses meninos para a escola da cidade. Na época a secretaria de educação decidiu que a escola não tinha condição de funcionar com as crianças que estavam cursando o 1º ano e 5º ano tudo em uma sala, levando esses alunos mais a maiores para estudar na cidade.*

**Secretária A:** *E a estrutura que funciona na escola no campo e com turmas multisseriadas, por motivo de ser muito pequeno e geralmente as escolas das zonas rurais e 12 a 20 crianças estudando no máximo. Mas tentamos segurar o máximo que pode, esses alunos para estudar na escola do campo, principalmente a educação infantil I e II porque eram crianças, que também ocorre o risco de trazerem para estudar na zona urbana. Pois alguns pais venho até mim perguntar se se era melhor matricular seus filhos para estudar na escola da cidade. Nós aqui não temos o direito de falar para os pais que eles têm que matricular seus filhos na escola da comunidade e nem na cidade, a matrícula é um direito dos pais, eles sabem o que é melhor para seus filhos". Então a escola foi desativada por esse motivo.*

Apesar de a escola do campo funcionar com turmas multisseriadas, as mesmas têm que ser organizadas com períodos diferentes e divisão dessas crianças em turmas e professores suficientes para atender a demanda de alunos, pois até então esta escola não proporcionava.

E para que isso pudesse acontecer nessa escola, proporcionando um ensino de qualidade, a Secretaria de Educação deveria colocar profissionais qualificadas que têm o objetivo de fazer a diferença na vida dos alunos, organizando um ambiente de conhecimento e não repassando um ensino qualquer e de má qualidade, como os sujeitos responsáveis pelos alunos mencionaram durante as entrevistas. A população rural tem o direito de estudar em uma escola com ensino de qualidade e que esses alunos possam se desenvolver igualmente como acontece na educação urbana.

Conseqüentemente, alguns pais e responsáveis e a diretora da unidade de ensino foram ao contrário da ação de alguns pais matricularam os seus filhos na escola da zona urbana. Vendo que o prédio foi construído recentemente e sendo uma conquista para população local, e o propósito da escola era atender os alunos da comunidade e não fechar com falta de alunos, a diretora A vai em busca dos direitos para esta comunidade.

**Diretora A:** *Como diretora da escola e moradora da comunidade há muitos anos achei isso uma falta de respeito, pois o prédio pouco tempo construído estava transferindo os alunos para zona urbana; fui na promotoria de justiça para resolver isso, me falaram que era para eu chamar os responsáveis pela essas crianças ir até no prefeito do município para conversar com ele, pois só apareceu três pais dos educandos, e aí eu pensei que saber de uma coisa, eu não tenho filho desta idade e não irei ficar correndo atrás de educação para os filhos dos outros, nessa hora me sentir desmotivada por não receber o apoio dos autores principais que era os pais dos alunos e larguei de mão.*

Percebemos que a partir do momento que os pais começaram a transferir os seus filhos para a zona urbana, principalmente aqueles alunos que estudavam nas séries do 1º ano ao 5º ano, a Secretaria de Educação do município decidiu conversar com os pais e a diretora da escola para deixarem funcionando apenas a Educação Infantil do Jardim I e II, que era composto por nove (09) alunos, pelo motivo de ser um trajeto muito longo para essas crianças se deslocarem diariamente da comunidade para a zona urbana, correndo perigo por serem muito pequenas.

**Diretora A:** *A escola ficou funcionando apenas com a Educação Infantil “Jardim I e II” ficando apenas 9 alunos na escola, logo tirou a zeladora e ficou só eu no cargo de diretora e uma professora ficamos só nos duas para limpar fazer lanche e tudo, aí depois vimos que a escola não dava funcionar só apenas com nove (09) alunos, e aí fizeram reunião com os pais decidindo transferir seus filhos para a escola da zona urbana.*

O quadro de funcionários da Escola Municipal São Sebastião do povoado da Chapadinha, antes de acontecer o processo de transferência dos alunos do 1º ano ao 5º para a escola da zona urbana, era composto por (01) zeladora, (01) merendeira, (01) diretora, (01) professora. Logo a após a reestruturação para funcionar apenas a Educação Infantil, o quadro de funcionários diminuiu e a passou a ser composto por apenas (01) diretora, (01) professora, a qual fazia os serviços tanto de zeladora quanto de merendeira. E com isso, a diretora da escola que é moradora do povoado que sempre lutou por conquistas em prol de sua comunidade, até então viu que não dava para funcionar a escola apenas com esses nove (09) alunos e com apenas dois (02) funcionários, decidindo então marcar reuniões com os pais com a finalidade de transferirem esses alunos para a zona urbana, havendo a desativação definitiva desta instituição no dia 15 de abril de 2015.

Ressaltamos que esta unidade de ensino atualmente encontra-se apenas desativada, pois, no caso de a comunidade querer retornar os seus filhos a estudar na referida escola do campo, o município tem por obrigação reativar as atividades da escola.

**Secretária A:** *A Escola São Sebastião do povoado Chapadinha está apenas desativada, mais se a comunidade quiser que seus filhos voltem a estudar novamente e obrigação do município reativar a escola pois e por lei manter as escolas do campo funcionando se estiver demanda. Pois deixamos aberto para a comunidade se caso vocês queiram voltar os meninos para a escola do campo nós reabre novamente isso só precisa da decisão deles e tudo que a comunidade decidir estamos à disposição.*

Vivemos em mundo cheio de tradições onde cada local tem o seu ritmo, sua cultura o seu linguajar para se comunicar em determinado ambiente que vive. Cada responsável pelos seus filhos tem que deixar a criança se desenvolver e se adaptar primeiro no meio onde ela convive, mas quando se trata de uma educação de qualidade servindo à população. Um ensino de acordo com a lei de diretrizes e bases da educação. A partir do momento que a criança se desenvolve naquele ambiente cultural onde vive, a mesma vai crescendo e sabendo realmente o quer, para depois ela ter uma base de como conviver naquele determinado local onde conviveu com seus pais, sempre carregando junto de si suas tradições de onde veio e repassando para outras pessoas.

Apresentamos na Tabela I (abaixo) a quantidade de alunos que residem na comunidade Ribeirão Grande II, dentre os povoados: Ceorta, Pedro Isaias,



Ipepaconha, Cai'n água, Cobanco e Chapadinha, e que estudam nas seguintes escolas da zona urbana: Escola Municipal Tancredo de Almeida, Escola Municipal Alto da Boa Vista II, Escola Paroquial Cristo Rei, Escola Estadual Girassol de Tempo Integral XV de novembro, Escola Estadual Pe. Giuliano Moretti, Escola Estadual Pio XII, Colégio Estadual José Carneiro de Brito, Centro de Ensino Médio Girassol de Tempo Integral Darcy Marinho e o Colégio Dom Orione. Os estudantes são deslocados diariamente de transporte escolar, disponibilizado pela prefeitura do município de Tocantinópolis-TO.

**Tabela I. Quantidade de alunos que residem na comunidade Ribeirão Grande II e estudam da zona urbana "Tocantinópolis -TO"**

<b>Escola Municipal Tancredo de Almeida</b>		
<b>Série/Ano</b>	<b>Idade</b>	<b>Quantidade de alunos</b>
Jardim I	4 a 5 anos	2 Alunos
Jardim II	5 a 6 anos	4 Alunos
<b>Escola Municipal Alto da Boa Vista II</b>		
<b>Série/Ano</b>	<b>Idade</b>	<b>Quantidade de alunos</b>
1ª Ano do Ensino Fundamental	7 anos	7 Alunos
2ª Ano do Ensino Fundamental	8 anos	8 Alunos
3ª Ano do Ensino Fundamental	9 anos	3 Alunos
4ª Ano do Ensino Fundamental	10 anos	4 alunos
5ª Ano do Ensino Fundamental	11 anos	3 Alunos
<b>Escola Paroquial Cristo Rei</b>		
<b>Série/Ano</b>	<b>Idade</b>	<b>Quantidade de alunos</b>
6º Ano do Ensino Fundamental	12 anos	1 Aluno
7º Ano do Ensino Fundamental	13 a 14 anos	2 Alunos
<b>Escola Estadual Girassol de Tempo Integral XV de novembro</b>		
<b>Série/Ano</b>	<b>Idade</b>	<b>Quantidade de alunos</b>
4º Ano do Ensino Fundamental	10 anos	1 Alunos
5º Ano do Ensino Fundamental	11 anos	2 alunos
6º Ano do Ensino Fundamental	12 a 13 anos	2 Alunos
7º Ano do Ensino Fundamental	13 a 14 anos	1 alunos
<b>Escola Estadual Pe. Giuliano Moretti</b>		
<b>Série/Ano</b>	<b>Idade</b>	<b>Quantidade de alunos</b>
6º Ano do Ensino Fundamental	12 a 13 anos	3 Alunos
8º Ano do Ensino Fundamental	15 a 16 anos	3 Alunos
9º Ano do Ensino Fundamental (EJA)	19 a 21 anos	5 Alunos
<b>Escola Estadual Pio XII</b>		
<b>Série/Ano</b>	<b>Idade</b>	<b>Quantidade de alunos</b>

6º Ano do Ensino Fundamental	11 a 12 anos	2 Alunos
7º Ano do Ensino Fundamental	13 a 15 anos	2 Alunos
8º Ano do Ensino Fundamental (EJA)	19 a 21 anos	2 Alunos
<b>Centro de Ensino Médio Girassol de Tempo Integral Darcy Marinho</b>		
<b>Série/Ano</b>	<b>Idade</b>	<b>Quantidade de alunos</b>
2ª Ano Ensino Médio	17anos	1 Aluno
3ª Ano Ensino Médio	18 a 19 anos	3 Alunos
<b>Colégio Estadual José Carneiro de Brito</b>		
<b>Série/Ano</b>	<b>Idade</b>	<b>Quantidade de alunos</b>
1ª Ano Ensino Médio	16 a 17 anos	2 Alunos
2ª Ano Ensino Médio	18 a 19 anos	2 Alunos
<b>Centro de Ensino Médio Girassol de Tempo Integral Darcy Marinho</b>		
<b>Série/Ano</b>	<b>Idade</b>	<b>Quantidade de alunos</b>
2ª Ano Ensino Médio	17 anos	1 Aluno
3ª Ano Ensino Médio	18 a 19 anos	3 Alunos
<b>Colégio Dom Orione</b>		
<b>Série/Ano</b>	<b>Idade</b>	<b>Quantidade de alunos</b>
8º Ano do Ensino Fundamental	14 anos	1 Aluno
9º Ano Fundamental	15 anos	1 Aluno
1ª Ano Ensino Médio	16 a 17 anos	6 Aluno
2ª Ano Ensino Médio	17 anos	1 Aluno

Fonte: Pesquisa da Autora (2018).

Através desta tabela analisamos que o número de estudantes que moram na zona rural (comunidade Ribeirão Grande II e entorno) e que estudam na zona urbana chega a um número muito alto setenta e oito (78) alunos, sendo que os mesmos têm que se deslocar diariamente a 15 km de ônibus até a cidade em busca de um ensino.

Ao deparar com um número muito grande de estudantes que faz esse deslocamento, foi perguntado para alguns ex-alunos que estudaram na Escola Municipal São Sebastião da comunidade, que atualmente estudam na zona urbana, as seguintes perguntas:

*Você utiliza transporte para ir para escola? Qual? É o da prefeitura? Que distância o ônibus passa de sua casa?*

**Aluno A:** *Utilizo o transporte escolar o da prefeitura o ônibus passa a uns 500 metros da minha casa.*

**Aluno B:** *Eu vou para escola de Van que é da prefeitura. A van passa uns 2km da minha casa pois a mesma não pode chegar mais perto devido ter uma ponte que está quase caindo é também não tem entrada esse e o motivo de ela não passar bem próximo a minha casa.*

**Aluno C:** *Utilizo o transporte escolar da prefeitura. A distância do ponto do ônibus à minha casa chega uns 2,5 Km.*

**Aluno D:** *Eu ando no transporte escolar da prefeitura é bem confortável tem ar condicionado. Todos dias tenho que andar 2km de casa até o ponto de ônibus.*

**Aluno E:** *Eu utilizo o transporte da prefeitura. O ponto de ônibus é pertinho de minha casa. O Transporte é bom demais.*

*Me conta um pouquinho de como acontece todo o seu trajeto do momento que sai de sua casa até a chegada da escola (ida e volta)?*

**Aluno A:** *Eu acordo é cedo 5h30min. todos os dias aí tomo banho, visto o meu uniforme e as vezes tomo o café quando tem e ai vou para o ponto de ônibus umas 6h30min. ai vou para escola nos roda um pouco para deixar nos ainda na escola as vezes chegou atrasado outras vezes muito cedo ai chego na escola vou para minha sala de aula estudar depois tem o lanche ai acaba e todo mundo volta para a sala ai tem aula de novo e nos sai 11h:15min. fico brincando com os meninos dentro da escola até o ônibus passar 12h20min volto para minha casa.*

**Aluno C:** *Eu acordo 5h da manhã tomo banho água bem gelada pois usamos água do ribeirão mais e encanada, me arrumo, tomo café espero minhas outras irmãs que são mais novas para irmos juntos para o ponto do ônibus. Nós sai de casa umas 6h para o ponto de ônibus porque caminhamos um pouco a pé e sempre minha mãe nos acompanha até a parada do ônibus. O ônibus passa umas 6h40min. Ando um pouco na cidade pois tem várias paradas fazendo a entrega dos alunos em outras escolas, chego na minha escola umas 7h40min. Saio da escola 11h45min rodamos um pouco na cidade para buscar os outros alunos eu chego em casa umas 12h30min, cansado já com fome. Mais é muito bom o ônibus e bem confortável, todos alunos vão sentados e voltam sentados.*

**Aluno D:** *Eu me arrumo muito cedo porque não gosto de chegar atrasado no ponto de ônibus eu gosto de todo o trajeto na hora que saio de casa até a chegada na escola pois é muito bom na ida e na volta eu vou sentado e volto sentado.*

**Aluno E:** *Eu acordo bem cedo me banho, escovo os meus dentes aí depois vou para o ponto de ônibus, eu acho o meu trajeto bem tranquilo pois só entro no ônibus cento lá e pronto só desço na escola. A escola que estudo o ônibus deixa nós lá por terceiro.*

A rotina desses alunos se torna muito cansativa e longa, pois eles precisam acordar bem cedo para começarem a se arrumar e, além disso, chegam muito tarde em casa. Entretanto, a maioria dos ex-alunos entrevistados falou que gostavam de pegar o ônibus para ir para a cidade, pois assim eles também passeavam e é menos cansativo andar de ônibus do que andar a pé; antes, quando o ensino era na zona rural, alguns se deslocavam de ônibus enquanto outros iam de bicicleta ou a pé.

Podemos perceber que apesar das dificuldades diárias essas crianças se sentem bem, pois tem acesso à educação, por mais que não seja fácil a jornada que enfrentam diariamente. Isso evidencia que são guerreiros e estão dispostos a passar pelas dificuldades que aparecem no decorrer do caminho.

No entanto, a Tabela I mostra que os alunos que cursam o Jardim I e II com idades de 4 (quatro) a 6 (seis) correm risco de vida devido o ônibus não ter cinto de segurança, sendo que os mesmos acordam muito cedo para irem estudar na cidade, algumas crianças muitas das vezes vão dormindo devido a passagem do ônibus pela comunidade ser em um horário bastante cedo, que é por volta das 5h40min da manhã. Em seu estudo, Lima e Silva (2015) alertam sobre esse problema do transporte escolar para os alunos devido ao fechamento de escolas do campo. De acordo com alguns relatos, muitas vezes os alunos chegam atrasados ou muito cedo nas escolas e isso se deve à falta de cronograma e organização dos responsáveis pelo transporte escolar, tendo em vista que pode ser feita uma logística que venha contemplar o tempo gasto para que assim os alunos possam chegar num horário que seja realmente permanente, sem eventuais transtornos para as crianças que por muitas vezes não têm tempo de lanche em casa devido a essa falta de organização.

Outro fato destacado nas entrevistas se deve às inúmeras paradas que ocorrem no decorrer do trajeto, pois como podemos observar o horário que o ônibus passa é por volta das 05h30min da manhã e somente chega à cidade por volta das 06h40min., o que demonstra ser um percurso extenso, principalmente devido as paradas relatadas pelos entrevistados. Porém é importante ressaltar que todos vão sentados tanto na ida como no retorno para as suas casas.

Diante da tabela (I) acima, percebemos que há um número bem elevado de estudantes de todas as faixas etárias que depende desse transporte escolar para poderem estudar na cidade, tendo em vista que isso não era necessário se existe uma escola na comunidade que contemplasse todos os alunos desses povoados. Porém, a mesma foi fechada com a justificativa de que não havia alunos suficientes, sendo a alternativa que a Secretaria de educação do município apresentou aos pais. Mas, ao contrário disso, o ensino que o município destinava a essa população na escolinha da comunidade, sem infraestrutura de qualidade, sem salas suficientes e sem professores capacitados, tornou o ensino precário e insatisfatório tanto para os alunos quanto para os pais responsáveis que acompanham o desenvolvimento de seu filho tanto na escola quanto em casa.

Portanto, o que percebemos durante este levantamento ilustrado na Tabela I, como está exposto acima, é que há um elevado número de alunos residente nesta comunidade. Mediante isso, reiteramos a importância da reabertura da escola e que a Secretaria de Educação do município de Tocantinópolis-TO possa proporcionar uma escola com estrutura adequada e uma educação de qualidade que é de fundamental importância para as pessoas que ali residem, pois como bem sabemos, não se trata apenas de um povoado, mas de uma comunidade composta por sete povoados que necessitam da escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em tudo o que foi apresentado e discutido ao longo deste estudo monográfico, percorrendo a literatura de Educação do Campo, percebemos que durante o século XX esta modalidade de educação não era sequer mencionada nas leis constitucionais da educação no país. Por sua vez, os espaços rurais constituídos pelos povos camponeses se encontra(va)m excluídos, pois quando se instituiu a concretização da educação formal no Brasil, o acesso a ela ficou exclusivamente para a elite, enquanto que os cidadãos do campo foram esquecidos nessa “conquista educacional”.

A partir de ações coletivas surge então dentro das comunidades o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que é um dos principais movimentos camponeses a comprar uma luta de resistência para alcançar um espaço de valor nas políticas públicas e que merecem ser respeitados, visto que os mesmos não buscam somente políticas públicas para educação, mas vão em busca de todos os seus direitos, como saúde, emprego e a posse de terras.

Logo, com a constituição de 1988 os movimentos sociais começam a ser inseridos dentro políticas públicas, possibilitando aos mesmos a conquistar o seu espaço dentro do meio educacional, sendo instituídas leis, decretos, resoluções e pareceres que permitiram o surgimento de novos programas que atendessem a formação desses cidadãos camponeses.

Durante a realização dos estudos das políticas públicas implantadas para Educação do Campo, percebemos que o conceito de cada lei quando se refere a ela é claro e explícito, mas na prática ele se torna falho, ignorada, pois os camponeses não possuem uma educação de qualidade, conforme está escrito nos documentos legais. Portanto, é preciso oferecer uma educação de qualidade, pensada e articulada para os povos camponeses. Porém, o que se observa é que na realidade a educação direcionada a esta população é bastante diferente, seguindo os parâmetros urbanos de ensino, sendo o modelo de ensino que acontece na área urbana e é transferido para as escolas do campo.

A princípio, o problema de pesquisa desta monografia que objetivamos responder traz duas inquições em relação por que ocorreu a transferência de alunos da Escola Municipal São Sebastião para outra unidade escolar, ocasionando o seu fechamento. Com base nos resultados obtidos durante a coleta de dados e as

análises, percebemos que os principais motivos que motivaram a transferência do prédio do povoado Pedro Isaias para o povoado Chapadinha foi devido a instituição de ensino estar em local inapropriado, sem condições adequadas para sua funcionalidade, pois a escola atendia crianças com idades entre 5 a 12 anos em um local de risco. Além disso, a propriedade onde a escola estava instalada (no povoado Pedro Isaias) era uma propriedade privada, e também oferecia riscos para a integridade física dos alunos, pois a mesma era localizada muito próxima ao ribeirão, dentro do terreno em estava a escola passavam animais bovinos e cachorros, já que a mesma não continha cercas nem muros e não havia um vigia na entrada da escola. Tudo isso aumentava ainda mais os riscos à segurança dos alunos, além de a localidade da unidade de ensino estar muito próxima à estrada onde passavam algumas pessoas em automóveis para adentrar em balneários nos horários de aula, cujo maior risco ocorria no momento do intervalo, quando os alunos brincavam e corriam de um lado para o outro no pátio. Com todos esses problemas, a Secretaria de Educação alegou que escola não tinha condições necessárias para continuar seu funcionamento no referido local.

Portanto, com este processo de transferência de um prédio para o outro a nova instalação iniciou na localidade povoado Chapadinha em 05 de julho de 2012, tendo o seu término em janeiro de 2013, cujo prédio passou a ser patrimônio local da comunidade, mas apenas substituiu o antigo (do povoado Pedro Isaias). No entanto, após dois anos de funcionamento houve o fechamento do novo prédio, ocorrido em 2015.

Os motivos que ocasionaram este fechamento estão ligados à forma que esta unidade de ensino estava organizada/estruturada, tanto no aspecto estrutural quanto pedagógico, pois além da escola funcionar com turmas multisseriadas, o novo prédio escolar só disponibilizava apenas uma sala de aula na qual eram atendidos alunos de Jardim I e II, e de 1º ao 5º ano em um único turno (matutino), sendo apenas uma professora lotada na referida sala de aula. Os ex-alunos relataram em suas entrevistas que com essas turmas juntas de séries diferentes as aulas eram desagradáveis, pois não aprendiam nada, virando “uma bagunça dentro da sala de aula”. A professora, às vezes, não tinha condições de atender todos os alunos da turma no momento de suas dúvidas em relação ao conteúdo. Assim, ficava difícil aprender e realizar as atividades.

Por outro lado, os pais responsáveis relatam a importância de ter a escola na comunidade devido o deslocamento ser mais fácil e seus filhos estavam sendo educados no lugar onde vivem, sendo que os mesmos podiam fazer esse acompanhamento diariamente de seus filhos na escola. Mas em outro aspecto o ensino proporcionado para os alunos nas condições da sala de aula já caracterizada era muito precário, pois os alunos não estavam tendo um desenvolvimento satisfatório na escola.

Como podemos observar, esses fatos são acompanhados de desvalorização da educação para os camponeses como direto. Em função dos problemas elencados, os pais responsáveis vão em busca de melhores condições de ensino e de mais qualidade para os seus filhos, transferindo-os para estudarem em escolas da zona urbana.

Considerando a constitucionalidade do direito de acesso à educação pelos camponeses, esta pesquisa traz à tona as ações do poder público envolvendo a única escola da comunidade e, conseqüentemente, gerando uma precarização do ensino nesta localidade, logo após a construção do novo prédio escolar que dispunha de apenas uma sala de aula para atender muitos alunos de níveis diferentes, com quantidade funcionários insuficientes para atender os alunos, e com seu funcionamento em um único turno.

No processo de pesquisa, fica perceptível a falta de conhecimento dos camponeses em relação aos seus direitos, neste caso, acerca da educação. Por meio deste estudo, percebemos que os mesmos tiveram noção logo depois dos questionamentos que foram surgindo por meios das conversas e no momento das entrevistas nas qual construímos um espaço de reflexões de maneira muito rápida e puderam vislumbrar a falha do poder público em relação aos seus direitos.

O presente estudo traz um aparato histórico e legal, que defende o direito de tais pessoas à educação, o que o torna importante para a discussão desses mesmos direitos, o que poderá ser usada como fonte de consulta na luta pelos direitos à educação dos camponeses, legalmente estipulados.

Apesar dos obstáculos enfrentados durante a coleta de dados, principalmente no momento das entrevistas, onde às vezes pudemos notar timidez e medo de represálias por parte dos entrevistados, os resultados foram satisfatórios, uma vez que foi possível chegar ao cerne da questão e entender o real motivo da mudança da Escola São Sebastião e, logo depois, o seu fechamento. Vale destacar também



que isso está longe do que seria realmente desejável, ou seja, a reabertura da escola e a garantia dos direitos à educação dos moradores do campo são pontos que este estudo abre a possibilidade para tal feito.

A proximidade da pesquisadora ao longo da pesquisa de campo com a educação, os profissionais da área e suas realidades, foram de extremo valor e contribuíram de maneira grandiosa para o desenvolvimento do estudo. O crescimento pessoal também foi agraciado com os frutos de tal pesquisa, o choque de realidade com casos concretos que realmente aconteceram nesta comunidade pesquisada.

Por fim, é conveniente declarar que o presente estudo aponta importantes caminhos para futuras pesquisas e ações na área, levando em consideração a ascensão de um governo de extrema direita num futuro próximo e assim o risco da quebra de ideias, como as reformas agrárias e conseqüentemente as políticas de apoio e incentivo à Educação no Campo, que precisarão de grande apoio nos anos vindouros.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Escola: terra de direito. In: AUTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HAGE, Salomão M. (Orgs.). **Escola de direito**: reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 9-14.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, MEC, 1996. Disponível em: [portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf) Acesso em: 03 set. 2018.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/.../CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/.../CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 36, de 04 de dezembro de 2001**. Constitui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1198\\_9-pceb036-01-pdf&category\\_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1198_9-pceb036-01-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 02 abr. 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 01, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/documentos/resolucao-cne-ceb-1-de-3-de-abril-de-2002.pdf/view>. Acesso em: 02 abr. 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1184\\_1-rceb002-08-pdf&category\\_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1184_1-rceb002-08-pdf&category_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 02 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual Orientações Pedagógicas para Formação de Educadoras e Educadores**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: [https://www.oei.es/historico/pdfs/orientacoes\\_pedagogicas\\_escola\\_ativa.pdf](https://www.oei.es/historico/pdfs/orientacoes_pedagogicas_escola_ativa.pdf). Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. 2010. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7352-4-novembro-2010-609343-publicacaooriginal-130614-pe.html>. Acesso em: 02 abr. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 12.960, de 27 de março de 2014**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para

fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. 2014.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm)> Acesso em: 6 abr. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 226p.

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar J.; CERIOLE, Paulo R.; CALDART, Roseli Salete (Orgs.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: articulação nacional por uma Educação do Campo, 2002. p.18-25.

COSTA, Maria Lemos; CABRAL, Carmen Lúcia de Oliveira. Da Educação Rural à Educação do Campo: uma luta de superação epistemológica/paradigmática. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 1, n. 2, p. 177-203, jul./dez. 2016.

CARDOSO FILHO, Ilário Dias; SILVA, Cícero da. Reflexões sobre a Educação do Campo: revisitando a história do Brasil. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, n. 16, v. 3, p. 67-83, 2017.

CORREIA, Aldenora Alves. **Boa Vista do “Padre João”**: Tocantinópolis-Goiás. Tocantinópolis: APLIC, 1977. 125p.

GERHARD, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 1 ed. Porto Alegre: UFRGS. 2009. 116p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 159 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1991. 270 p.

LIMA, Manoel Messias A.; SILVA, Cícero da. Educação do Campo: o descompasso entre a legislação e a realidade educacional para as comunidades camponesas. **Revista Lugares de Educação**, Bananeiras, v. 5, n. 11, p. 241-254, 2015.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva. Maria. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 314 p.

NURMBERG, Maricélia Aparecida; CASTANHA, André Paulo. Memória educacional no município de Enéas Marques-PR: décadas de (1960-1990) – Das escolas rurais à nuclearização. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 3, n. 1, p. 30-56, jul./dez. 2017.

OLIVEIRA, Iara Poliana da Silva Moraes. O Planejamento da Atividade Docente na Sala Multisseriada Numa Escola da Zona Rural de Apodi-Rn. **Revista Extendere**, jan/jun, 2013. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/extendere/index> Acesso em: 14 out. 2018.

Orientações pedagógicas, 2010. **Classes multisseriadas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2010-pdf/5714-escola-ativa-orientacoes-pedagogicas>. Acesso em: 14 out. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013. Disponível em: [www.feevale.br/.../E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf](http://www.feevale.br/.../E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf) Acesso em: 21 out. 2018.

PPP. **Projeto Político-Pedagógico** - Escola Municipal São Sebastião. Tocantinópolis: S/N, 2008. (Inédito)

PPP. **Projeto Político-Pedagógico** - Escola Municipal São Sebastião. Tocantinópolis: S/N, 2012. (Inédito)

SANTOS, Edineide Cunha; JÚNIOR, Hélio Loiola dos santos. **Classes multisseriadas: desafios, possibilidades e realidade da Educação do Campo**. Disponível em PDF: [www.webartigos.com/artigos/classes-multisseriadas-desafios...e...da...do.../124767/](http://www.webartigos.com/artigos/classes-multisseriadas-desafios...e...da...do.../124767/) Acesso em: 15 out. 2018.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos. História da Educação do Campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. In: COELHO, George Leonardo Seabra; ARAÚJO, Gilberto Paulino de (Orgs.). **Educação do Campo e cidadania no Brasil contemporâneo**. Palmas: EDUFT, 2018, v. 1, p. 69-115.

SEVERINO, Antônio. Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. 304p.

SIMÕES, Willian; TORRES, Miriam Rosa. **Educação do campo: por uma superação da educação rural no Brasil**. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38662/R%20-%20E%20-%20MIRIAM%20ROSA%20TORRES.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SILVA, Cícero da. Políticas públicas para Educação do Campo e formação de professores. In: ARAÚJO, Gustavo Cunha de; MIRANDA, Cássia Ferreira; RUAS JUNIOR, José Jarbas Pinheiro; SILVA, Mara Pereira da (Orgs.). **Educação do Campo, artes e formação docente** – Vol. 2. Palmas: EDUFT, 2018, p. 51-74.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, ciência e da pesquisa**. 11 ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2014. 203p.

XIMENES-ROCHA, Solange Helena; COLARES, Maria Lília I. S. A organização do espaço e do tempo escolar em classes multisseriadas: na contramão da legislação. **Revista HISTEDBR**, Campinas, v. 13, n. 50, p. 90-98, 2013.

## **APÊNDICES**

### **Roteiro de perguntas para a ex-secretária de educação do município de Tocantinópolis-TO**

- 1: Quais foram os principais motivos que a Escola São Sebastião Pov. Pedro Isaias tinha que ser transferida para outro local?
- 2: Como aconteceu esta reunião com a comunidade escolar para ocasionar a transferência do prédio do pov. Pedro Isaias para o Pov. Chapadinha?
- 3: Explique como aconteceu esse processo de fechamento da Escola do Pov. Chapadinha?

### **Roteiro de perguntas para as duas diretoras que vivenciaram a transferência e o fechamento da instituição de ensino**

- 1: Por quanto tempo você estava nesse cargo “diretora”?
- 2: Explique como foi o processo de transferência da Escola do Pedro Isaias para a Escola da Chapadinha. A decisão da transferência foi uma iniciativa tomada pelo poder público ou pela população da comunidade?
- 3: Na sua concepção, você acredita que tem ganhos e perdas com o fechamento de escolas rurais? Quais?
- 4: Na sua opinião, quais são as vantagens e as desvantagens de os alunos do campo estudar na escola da zona urbana?
- 5: Como ex-diretora dessa unidade de ensino, explique como funcionava este ambiente, se os pais responsáveis tinham participação no desenvolvimento de seus filhos na escola. A Secretaria Municipal de Educação estava envolvida em todas as atividades que a escola pretendia desenvolver?

### **Roteiro de perguntas para ex-professores que lecionavam na Escola Municipal São Sebastião – Tocantinópolis-TO**

- 1: Qual sua formação acadêmica?
- 2: Há quantos anos você lecionou na Escola Municipal São Sebastião?
- 3: Você sempre foi professor (a) em escolas rurais ou já trabalhou em escolas da zona urbana também?

- 4: Quais disciplinas lecionava na Escola Municipal São Sebastião? E para quais séries?
- 5: Qual era a faixa etária dos alunos que você atendia?
- 6: A Escola Municipal São Sebastião funcionava com salas multisseriadas? Como você se sentia sendo professor (a) de uma turma multisseriada? Como conseguia organizar as suas atividades de ensino? Você acha que esse modelo de turmas juntas dava para suprir aprendizagem de cada aluno? Me conte como acontecia esse processo.
- 7: Os livros didáticos que você trabalhava eram os mesmos usados nas escolas da cidade ou tinha um livro específico para trabalhar com o povo do campo?
- 8: Como ex-professor (a) desta instituição de ensino, gostaria que você contasse o que sentiu quando a escola foi fechada?
- 9: Na sua opinião, você acha que existem perdas e ganhos em decorrência do fechamento desta escola na comunidade? Quais?
- 10: Você poderia me dizer o que ocasionou esse processo de transferência da Escola do Pedro Isaias para a Chapadinha ocasionando imediatamente o fechamento da referida escola?
- 11: Na sua concepção, qual é a importância de ter uma escola na comunidade?

#### **Roteiro de perguntas para os pais responsáveis dos alunos que estudam na zona urbana**

- 1: Você mora há quanto tempo no campo?
- 2: Já pensaram em morar algum dia na cidade? Por quê?
- 3: Quantos filhos você tem?
- 4: Qual é a idade de seus filhos?
- 5: Na sua opinião, o que vocês acham de seus filhos estudarem na escola da cidade? Mesmo tendo uma Escola no campo, mas a mesma está desativada, caso essa escola fosse aberta vocês matriculariam seus filhos nesta escola? Sim ou não? Justifique sua resposta.
- 6: Algum de seus filhos já estudou na Escola Municipal São Sebastião quando ela estava funcionando? Como era o desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos na escola? Era bom ou ruim?

7: Na sua opinião, você considera o ensino da zona urbana melhor do que o da zona rural da época em que seus filhos estudavam na escola da comunidade?

8: Na sua concepção, você acharia de fundamental importância a escola da comunidade ser (re) aberta ou não? Justifique sua resposta.

09: Quando seus filhos estudavam na escola da comunidade você achava mais fácil o deslocamento?

10: Qual foi o motivo que você decidiu colocar seus filhos para estudarem na escola da cidade? Essa iniciativa foi sua ou de seus filhos?

### **Perguntas para os alunos que moram no campo e estudam na zona urbana**

1: Idade?

2: Quem tanto mora com você no campo?

3: Você acorda que horas para ir para a escola?

4: Você utiliza transporte para ir para escola? Qual? É o da prefeitura? Que distância o ônibus passa de sua casa?

5: Me conta um pouquinho de como acontece todo o seu trajeto do momento que sai de sua casa até a chegada da escola (ida e volta)?

6: Você gosta de estudar na cidade? Por qual motivo?

7: Você gosta de morar no campo? O que você mais gosta de fazer?

8: Você acha o transporte escolar bom ou ruim?

9: Você gostaria de estudar em uma escola do campo? Por qual motivo?

10: Você já estudou na Escola Municipal São Sebastião do Pedro Isaias? Quantos anos?

11: Você achava bom ter a Escola Municipal São Sebastião na comunidade? Era mais fácil o seu deslocamento até a escola?

12: Na sua opinião, quando você estudava na Escola São Sebastião o ensino era o mesmo da escola que você estuda atualmente?

13: Na escola que você estuda atualmente você aprende alguma coisa sobre a vida no campo? O quê?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS**  
**CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**  
Av. Nossa Senhora de Fátima 1588, Centro | 77900-000 | Tocantinópolis-  
(63) 3471-6020 | www.uft.edu.br | educacaocampo@uft.edu.br



**OFÍCIO Nº 025/2018–LEDOC-UFT**

Tocantinópolis-TO, 03 de julho de 2018.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**  
**Ao Secretário Municipal de Educação e Cultura.**  
**Sra.: Cristiane de Oliveira Rosa**

**Assunto:** Solicitação de Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Mul. São Sebastião .

Sra. Secretária,

Após lhe cumprimentar, queríamos informar-lhe que o Curso de Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins – Campus de Tocantinópolis em nome da acadêmica Yonara Laise Rocha Cruz realizará estudos na Escola Municipal São Sebastião na comunidade “Pedro Isaias”. Os referidos estudos servirão de base para a produção do TCC da mencionada aluna.

Solicitamos que Vossa Senhoria disponibilize, através da Diretora da Unidade Escolar, acesso ao PPP daquela escola, bem como a outros documentos que corroborarão para o desenvolvimento da pesquisa.

Atenciosamente,

**Prof. José Jarbas Pinheiro Ruas Júnior**  
Coordenador do Curso de Educação do Campo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Av. Nossa Sra. de Fátima, nº 1588, Céu Azul | 77900000 | Tocantinópolis/TO  
(63) 3471-6020 | www.uft.edu.br | educacaocampotoc@uft.edu.br



OFÍCIO Nº 036/2018 – Ledoc/UFT

Tocantinópolis, 21 de setembro de 2018

À Direção do Colégio Estadual Dom Orione

Colégio Estadual Dom Orione  
Rua Dom Orione, Centro  
77900-000 | Tocantinópolis/TO

Assunto: **Solicitação de consentimento para pesquisa**

Prezados Senhores,

1. O Curso de Educação do Campo: Habilitação em Artes e Música, Câmpus de Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins (UFT), solicita que seja facultada permissão à acadêmica pesquisadora Yonara Laize Rocha Cruz, matrícula: 2015112408, para realizar pesquisa de caráter educacional com abordagem pedagógica no Colégio Estadual Dom Orione.

2. Esclarecemos que a pesquisadora é orientada por docente desta Instituição, o professor Cícero da Silva, matrícula: 2140390, e que a atividade submete-se aos princípios éticos de pesquisa com seres humanos, compreendendo que (1º) os dados coletados serão utilizados exclusivamente para os fins da pesquisa, garantindo-se sigilo absoluto quanto às fontes; (2º) que não haverá retribuição financeira aos pesquisados pelas informações prestadas; (3º) que não há previsão de danos quanto à integridade física e emocional dos participantes, sendo-lhes assegurado, contudo, o cancelamento das atividades de pesquisa caso ocorram; (4º) que os participantes não terão despesa alguma com a pesquisa e podem, a qualquer momento, retirar seu consentimento sem que isso lhes cause prejuízo.

3. A pesquisa deve durar de 24 a 28 de setembro de 2018, consistindo em levantamento documental relacionado ao quantitativo de estudantes oriundos da região do Setor Ribeirão Grande II do município de Tocantinópolis.

4. Contamos com o auxílio do Colégio Estadual Dom Orione para que seja possível concluir as atividades e, assim, podermos contribuir para a reflexão pedagógica acerca do trabalho desta Instituição.

Cordialmente,

*Cícero da Silva*  
CÍCERO DA SILVA

Coordenador Substituto do Curso de Educação do Campo  
Prof. Cícero da Silva  
Educação do Campo  
UFT- Tocantinópolis  
Matricula 2140390

*Luciene Pereira de Araújo*  
Secretária Geral  
Mat. Func. 540186-4  
Toe. 25/09/2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Av. Nossa Sra. de Fátima, nº 1588, Céu Azul | 77900000 | Tocantinópolis/TO  
(63) 3471-6020 | www.uft.edu.br | educacaocampotoc@uft.edu.br



OFÍCIO Nº 038/2018 – Ledoc/UFT

Tocantinópolis, 21 de setembro de 2018

À Direção da Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves

Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves  
Rua Tocantins, Alto da Boa Vista II  
77900-000 | Tocantinópolis/TO

Assunto: **Solicitação de consentimento para pesquisa**

Prezados Senhores,

1. O Curso de Educação do Campo: Habilitação em Artes e Música, Câmpus de Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins (UFT), solicita que seja facultada permissão à acadêmica pesquisadora Yonara Laize Rocha Cruz, matrícula: 2015112408, para realizar pesquisa de caráter educacional com abordagem pedagógica na Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves.

2. Esclarecemos que a pesquisadora é orientada por docente desta Instituição, o professor Cícero da Silva, matrícula: 2140390, e que a atividade submete-se aos princípios éticos de pesquisa com seres humanos, compreendendo que (1º) os dados coletados serão utilizados exclusivamente para os fins da pesquisa, garantindo-se sigilo absoluto quanto às fontes; (2º) que não haverá retribuição financeira aos pesquisados pelas informações prestadas; (3º) que não há previsão de danos quanto à integridade física e emocional dos participantes, sendo-lhes assegurado, contudo, o cancelamento das atividades de pesquisa caso ocorram; (4º) que os participantes não terão despesa alguma com a pesquisa e podem, a qualquer momento, retirar seu consentimento sem que isso lhes cause prejuízo.

3. A pesquisa deve durar de 24 a 28 de setembro de 2018, consistindo em levantamento documental relacionado ao quantitativo de estudantes oriundos da região do Setor Ribeirão Grande II do município de Tocantinópolis.

4. Contamos com o auxílio da Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves para que seja possível concluir as atividades e, assim, podermos contribuir para a reflexão pedagógica acerca do trabalho desta Instituição.

Cordialmente,

Recebido  
Almeida  
25/9/18

*Cícero da Silva*  
CÍCERO DA SILVA

Coordenador Substituto do Curso de Educação do Campo

Prof. Cícero da Silva  
Educação do Campo  
UFT- Tocantinópolis  
Matrícula 2140390

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
 CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS  
 COORDENAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Av. Nossa Sra. de Fátima, nº 1588, Céu Azul | 77900000 | Tocantinópolis/TO  
 (63) 3471-6020 | www.uft.edu.br | educaocampotoc@uft.edu.br



OFÍCIO Nº 033/2018 – Ledoc/UFT

Tocantinópolis, 21 de setembro de 2018

À Direção da Escola Estadual XV de Novembro

Escola Estadual XV de Novembro  
 Rua 15 de Novembro, 178, Centro  
 77900-000 | Tocantinópolis/TO

Assunto: **Solicitação de consentimento para pesquisa**

Prezados Senhores,

1. O Curso de Educação do Campo: Habilitação em Artes e Música, Câmpus de Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins (UFT), solicita que seja facultada permissão à acadêmica pesquisadora Yonara Laize Rocha Cruz, matrícula: 2015112408, para realizar pesquisa de caráter educacional com abordagem pedagógica na Escola Estadual XV de Novembro.
2. Esclarecemos que a pesquisadora é orientada por docente desta Instituição, o professor Cícero da Silva, matrícula: 2140390, e que a atividade submete-se aos princípios éticos de pesquisa com seres humanos, compreendendo que (1º) os dados coletados serão utilizados exclusivamente para os fins da pesquisa, garantindo-se sigilo absoluto quanto às fontes; (2º) que não haverá retribuição financeira aos pesquisados pelas informações prestadas; (3º) que não há previsão de danos quanto à integridade física e emocional dos participantes, sendo-lhes assegurado, contudo, o cancelamento das atividades de pesquisa caso ocorram; (4º) que os participantes não terão despesa alguma com a pesquisa e podem, a qualquer momento, retirar seu consentimento sem que isso lhes cause prejuízo.
3. A pesquisa deve durar de 24 a 28 de setembro de 2018, consistindo em levantamento documental relacionado ao quantitativo de estudantes oriundos da região do Setor Ribeirão Grande II do município de Tocantinópolis.
4. Contamos com o auxílio da Escola Estadual XV de Novembro para que seja possível concluir as atividades e, assim, podermos contribuir para a reflexão pedagógica acerca do trabalho desta Instituição.

Cordialmente,

*Cícero da Silva*  
 CÍCERO DA SILVA

Coordenador Substituto do Curso de Educação do Campo  
 Prof. Cícero da Silva  
 Educação do Campo  
 UFT- Tocantinópolis  
 Matrícula 2140390



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Av. Nossa Sra. de Fátima, nº 1588, Céu Azul | 77900000 | Tocantinópolis/TO  
(63) 3471-6020 | www.uft.edu.br | educacaocampotoc@uft.edu.br



**OFÍCIO N° 037/2018 – Ledoc/UFT**

Tocantinópolis, 21 de setembro de 2018

À Direção da Escola Municipal Alto da Boa Vista II

Escola Municipal Alto da Boa Vista II  
Rua Rio Branco, Alto da Boa Vista I  
77900-000 | Tocantinópolis/TO

Assunto: **Solicitação de consentimento para pesquisa**

Prezados Senhores,

1. O Curso de Educação do Campo: Habilitação em Artes e Música, Câmpus de Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins (UFT), solicita que seja facultada permissão à acadêmica pesquisadora Yonara Laize Rocha Cruz, matrícula: 2015112408, para realizar pesquisa de caráter educacional com abordagem pedagógica na Escola Municipal Alto da Boa Vista II.

2. Esclarecemos que a pesquisadora é orientada por docente desta Instituição, o professor Cícero da Silva, matrícula: 2140390, e que a atividade submete-se aos princípios éticos de pesquisa com seres humanos, compreendendo que (1º) os dados coletados serão utilizados exclusivamente para os fins da pesquisa, garantindo-se sigilo absoluto quanto às fontes; (2º) que não haverá retribuição financeira aos pesquisados pelas informações prestadas; (3º) que não há previsão de danos quanto à integridade física e emocional dos participantes, sendo-lhes assegurado, contudo, o cancelamento das atividades de pesquisa caso ocorram; (4º) que os participantes não terão despesa alguma com a pesquisa e podem, a qualquer momento, retirar seu consentimento sem que isso lhes cause prejuízo.

3. A pesquisa deve durar de 24 a 28 de setembro de 2018, consistindo em levantamento documental relacionado ao quantitativo de estudantes oriundos da região do Setor Ribeirão Grande II do município de Tocantinópolis.

4. Contamos com o auxílio da Escola Municipal Alto da Boa Vista II para que seja possível concluir as atividades e, assim, podermos contribuir para a reflexão pedagógica acerca do trabalho desta Instituição.

Cordialmente,

ESCOLA MUN. ALTO DA BOA VISTA II  
LEI DE CRIAÇÃO Nº 786 DE 17/03/2008  
RUA RIO BRANCO, S/N ALTO DA BOA VISTA I  
CEP: 77.900-000 - TOCANTINÓPOLIS

Coordenador Substituto do Curso de Educação do Campo

*Cícero da Silva*  
CÍCERO DA SILVA

Prof. Cícero da Silva  
Educação do Campo  
UFT- Tocantinópolis  
Matricula 2140390

*Márcia Alves Campos Lima*  
28/09/2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Av. Nossa Sra. de Fátima, nº 1588, Céu Azul | 77900000 | Tocantinópolis/TO  
(63) 3471-6020 | www.uft.edu.br | educaocampotoc@uft.edu.br



OFÍCIO Nº 035/2018 – Ledoc/UFT

Tocantinópolis, 21 de setembro de 2018

À Direção da Escola Estadual Pe Giuliano Moretti

Escola Estadual Pe Giuliano Moretti  
Rua Manoel Gomes da Cunha, 917, Setor Aeroporto  
77900-000 | Tocantinópolis/TO

Assunto: **Solicitação de consentimento para pesquisa**



Prezados Senhores,

1. O Curso de Educação do Campo: Habilitação em Artes e Música, Câmpus de Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins (UFT), solicita que seja facultada permissão à acadêmica pesquisadora Yonara Laize Rocha Cruz, matrícula: 2015112408, para realizar pesquisa de caráter educacional com abordagem pedagógica na Escola Estadual Pe Giuliano Moretti.
2. Esclarecemos que a pesquisadora é orientada por docente desta Instituição, o professor Cícero da Silva, matrícula: 2140390, e que a atividade submete-se aos princípios éticos de pesquisa com seres humanos, compreendendo que (1º) os dados coletados serão utilizados exclusivamente para os fins da pesquisa, garantindo-se sigilo absoluto quanto às fontes; (2º) que não haverá retribuição financeira aos pesquisados pelas informações prestadas; (3º) que não há previsão de danos quanto à integridade física e emocional dos participantes, sendo-lhes assegurado, contudo, o cancelamento das atividades de pesquisa caso ocorram; (4º) que os participantes não terão despesa alguma com a pesquisa e podem, a qualquer momento, retirar seu consentimento sem que isso lhes cause prejuízo.
3. A pesquisa deve durar de 24 a 28 de setembro de 2018, consistindo em levantamento documental relacionado ao quantitativo de estudantes oriundos da região do Setor Ribeirão Grande II do município de Tocantinópolis.
4. Contamos com o auxílio da Escola Estadual Pe Giuliano Moretti para que seja possível concluir as atividades e, assim, podermos contribuir para a reflexão pedagógica acerca do trabalho desta Instituição.

Cordialmente,

Recebido em  
25.09.18  
Izabel D. Menezes  
Izabel Dias de Menezes  
Auxiliar de Apoio Administrativo  
Mat. 674920-1

*Cícero da Silva*  
CÍCERO DA SILVA

Coordenador Substituto do Curso de Educação do Campo  
Prof. Cícero da Silva  
Educação do Campo  
UFT- Tocantinópolis  
Matricula 2140390

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Av. Nossa Sra. de Fátima, nº 1588, Céu Azul | 77900000 | Tocantinópolis/TO  
(63) 3471-6020 | www.uft.edu.br | educacaocampotoc@uft.edu.br



OFÍCIO Nº 034/2018 – Ledoc/UFT

Tocantinópolis, 21 de setembro de 2018

À Direção da Escola Estadual Pio XII

Escola Estadual Pio XII  
Avenida Nossa Senhora de Fátima, 1418, Céu Azul  
77900-000 | Tocantinópolis/TO

Assunto: **Solicitação de consentimento para pesquisa**

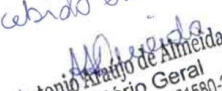
Prezados Senhores,

1. O Curso de Educação do Campo: Habilitação em Artes e Música, Câmpus de Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins (UFT), solicita que seja facultada permissão à acadêmica pesquisadora Yonara Laize Rocha Cruz, matrícula: 2015112408, para realizar pesquisa de caráter educacional com abordagem pedagógica na Escola Estadual Pio XII.
2. Esclarecemos que a pesquisadora é orientada por docente desta Instituição, o professor Cícero da Silva, matrícula: 2140390, e que a atividade submete-se aos princípios éticos de pesquisa com seres humanos, compreendendo que (1º) os dados coletados serão utilizados exclusivamente para os fins da pesquisa, garantindo-se sigilo absoluto quanto às fontes; (2º) que não haverá retribuição financeira aos pesquisados pelas informações prestadas; (3º) que não há previsão de danos quanto à integridade física e emocional dos participantes, sendo-lhes assegurado, contudo, o cancelamento das atividades de pesquisa caso ocorram; (4º) que os participantes não terão despesa alguma com a pesquisa e podem, a qualquer momento, retirar seu consentimento sem que isso lhes cause prejuízo.
3. A pesquisa deve durar de 24 a 28 de setembro de 2018, consistindo em levantamento documental relacionado ao quantitativo de estudantes oriundos da região do Setor Ribeirão Grande II do município de Tocantinópolis.
4. Contamos com o auxílio da Escola Estadual Pio XII para que seja possível concluir as atividades e, assim, podermos contribuir para a reflexão pedagógica acerca do trabalho desta Instituição.

Cordialmente,

  
CÍCERO DA SILVA

Coordenador Substituto do Curso de Educação do Campo  
Prof. Cícero da Silva  
Educação do Campo  
UFT- Tocantinópolis  
Matricula 2140390

Recebido em 25/09/18  
  
Antonio Araújo de Almeida  
Secretário Geral  
Matr. Funcional Nº 761580-2